

ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 26-3-2018.

Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudio Janta, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, José Freitas, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Ricardo Gomes, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Márcio Bins Ely, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni e Sofia Cavedon. A seguir, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cassio Trogildo, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão, iniciando-se o período de COMUNICAÇÕES, nesta Sessão destinado a homenagear pessoas com síndrome de Down e a assinalar o transcurso da Semana de Conscientização Sobre a Síndrome de Down, nos termos do Requerimento nº 029/18 (Processo nº 0291/18), de autoria de Paulo Brum. Compuseram a Mesa: Valter Nagelstein e Mauro Pinheiro, presidindo os trabalhos; Vicente Fiorentini e Fernando Moreira Barbosa, respectivamente Presidente e 3º Vice-Presidente da Associação dos Familiares e Amigos do Down Porto Alegre; e Vinícius Streda, escritor. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Paulo Brum, como proponente. Em continuidade, o Presidente concedeu a palavra a Vicente Fiorentini, a Fernando Moreira Barbosa e a Vinícius Streda, que se pronunciaram acerca da presente solenidade. Após, foram ouvidas as canções Anunciação e É Preciso Saber Viver, executadas por Florença Sanfelice, violinista. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Airto Ferronato. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e quatorze minutos às quinze horas e dezessete minutos. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Adeli Sell, Cassio Trogildo, Fernanda Melchionna e Cláudio Janta, este em tempo cedido por João Bosco Vaz. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Rodrigo Maroni, Aldacir Oliboni, Sofia Cavedon, Ricardo Gomes, Roberto Robaina, Mônica Leal, Idenir Cecchim e Cláudio Janta. Foram votados conjuntamente e aprovados Requerimentos verbais formulados por Cassio Trogildo e Valter Nagelstein, solicitando alterações na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Às dezesseis horas e trinta e um minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Votação, foram apreciados conjuntamente e aprovados os Requerimentos nºs 041 e 046/18 (Processos nºs 0458 e 0476/18, respectivamente). Em prosseguimento, foram apregoadas as seguintes subemenda e emendas ao Projeto de Lei do Executivo 018/17 (Processo nº 2057/17): Subemenda nº 01 à Emenda nº 09 e Emenda nº 23, assinadas por Aldacir Oliboni;

Emenda nº 19, assinada por Cassio Trogildo e Paulo Brum; Emendas nºs 20, 21 e 24, assinadas por Cláudio Janta; Emenda nº 22, assinada por Cláudio Janta e Ricardo Gomes; Emenda nº 25, assinada por Cassio Trogildo e João Carlos Nedel. Na oportunidade, foi apregoado Requerimento de autoria de Cláudio Janta, deferido pelo Presidente, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 20 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 018/17. Também, foi apregoado Requerimento de autoria de Cláudio Janta, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque para as Emendas nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24 e 25 e para a Subemenda nº 01 à Emenda nº 09, apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 018/17. Ainda, foi apregoado documento de Dr. Thiago, informando, nos termos do artigo 227, §§ 6º e 7º, do Regimento, sua participação na palestra Impactos da Violência Sexual e Doméstica, no dia vinte e sete de março do corrente, em Santa Rosa – RS. Em Discussão Geral e Votação, esteve o Projeto de Lei do Executivo nº 018/17 (Processo nº 2057/17), discutido por Cláudio Janta, Moisés Barboza, João Bosco Vaz, Adeli Sell, Cassiá Carpes, Dr. Thiago, Luciano Marcantônio, Cassio Trogildo, este duas vezes, Felipe Camozzato, Airto Ferronato, Mauro Zacher, André Carús, Marcelo Sgarbossa e Tarciso Flecha Negra. Durante a apreciação do Projeto de Lei do Executivo nº 018/17, Mauro Pinheiro cedeu seu tempo de discussão a Cassio Trogildo. Na ocasião, foram apregoadas as seguintes emendas e subemendas ao Projeto de Lei do Executivo nº 018/17: Subemenda nº 01, assinada por Idenir Cecchim e Mendes Ribeiro, à Emenda nº 15; Subemendas nºs 01 e 02, assinadas por Felipe Camozzato, à Emenda nº 01; Emenda nº 26, assinada por Cláudio Janta; Subemenda nº 01, assinada por Moisés Barboza, à Emenda nº 06; Emenda nº 27, assinada por Airto Ferronato e Mauro Zacher. Também, foram apregoados os seguintes requerimentos, deferidos pelo Presidente, solicitando votação em destaque para emendas e subemendas apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 018/17: de autoria de Mendes Ribeiro, com referência à Subemenda nº 01 à Emenda nº 15; de autoria de Felipe Camozzato, com referência às Subemendas nºs 01 e 02 à Emenda nº 01; de autoria de Cláudio Janta, com referência à Emenda nº 26; de autoria de Moisés Barboza, com referência à Subemenda nº 01 à Emenda nº 06; de autoria de Airto Ferronato, com referência à Emenda nº 27. Ainda, foram apregoados os seguintes requerimentos, deferidos pelo Presidente, solicitando a retirada de tramitação de emendas e subemendas apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 018/17: de autoria de Felipe Camozzato, com referência à Subemenda nº 01 à Emenda nº 01; de autoria de Cláudio Janta, com referência à Emenda nº 24; de autoria de Cassio Trogildo, com referência à Emenda nº 25. Foi votada destacadamente e aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 018/17, por vinte e sete votos SIM e um voto NÃO, após ser encaminhada à votação por Luciano Marcantônio, Cassio Trogildo, Cláudio Janta e Airto Ferronato, em votação nominal solicitada por Valter Nagelstein, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Ricardo

Gomes, Roberto Robaina, Sofia Cavedon e Tarciso Flecha Negra e Não Airto Ferronato. Na oportunidade, em face da aprovação da Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 018/17, o Presidente declarou prejudicada a Emenda nº 11. Foi votada destacadamente e rejeitada a Subemenda nº 02 aposta à Emenda nº 01 ao Projeto de Lei do Executivo nº 018/17, por oito votos SIM e vinte votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Felipe Camozzato, Reginaldo Pujol, Luciano Marcantônio, Airto Ferronato, Fernanda Melchionna, Cassio Trogildo e Cláudio Janta, em votação nominal solicitada por Valter Nagelstein, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Marcelo Sgarbossa, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e Não Alvoní Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Sofia Cavedon e Tarciso Flecha Negra. A seguir, em face de Requerimento verbal formulado por Sofia Cavedon, o Presidente declarou suspensa a declaração de prejudicialidade da Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 018/17. Durante a Sessão, Reginaldo Pujol e Mauro Pinheiro manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Também, foi registrada a presença de Marcon, deputado federal. Às dezoito horas e trinta e cinco minutos, constatada a inexistência de quórum, em verificação solicitada por Mauro Pinheiro, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Adeli Sell, Valter Nagelstein, Mauro Pinheiro e Mônica Leal e secretariados por Cláudio Janta. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra.

O SR. CASSIO TROGILDO (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. Após retornamos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cassio Trogildo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje este período é destinado a homenagear pessoas com deficiência – síndrome de Down – pelo programa municipal de orientação sobre a síndrome de Down e pelo transcurso da Semana de Conscientização sobre a Síndrome de Down, de 21 a 28

de março, conforme Lei Municipal nº 12.344, de 4 de dezembro de 2017, nos termos do Requerimento nº 029/18, de autoria do Ver. Paulo Brum.

Convidamos para compor a Mesa: o Sr. Vicente Fiorentini, Presidente da Associação dos Familiares e Amigos do Down, Porto Alegre/AFAD; o Sr. Fernando Moreira Barbosa, 3º Vice-Presidente da AFAD; o Sr. Vinícius Streda, escritor.

O Ver. Paulo Brum, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

O SR. PAULO BRUM: Sr. Presidente Valter Nagelstein, agradeço aos colegas por permitirem que nós façamos esta homenagem à Semana Municipal e Estadual sobre a síndrome de Down. Quero cumprimentar o Sr. Presidente da Associação dos Familiares e Amigos do Down de Porto Alegre e do Estado, o amigo Vicente Fiorentini; o 3º Vice-Presidente da Associação dos Familiares e Amigos do Down, Fernando Moreira Barbosa, e o Sr. Vinícius Streda, nosso escritor. Quero também cumprimentar a jovem Florença Sanfelice, que é a nossa musicista e que depois fará uma apresentação para nós aqui. Também quero dar parabéns à nossa Porto Alegre querida, que está fazendo 246 anos.

Sr. Presidente, a pedido da AFAD, fizemos este período de Comunicações para falarmos sobre a 1ª Semana Municipal em Porto Alegre que trata da conscientização sobre a síndrome de Down, e se faz necessário destacar alguns pontos importantíssimos da nossa Lei nº 12.344, de 4 de dezembro de 2017, aprovada por esta Casa e sancionada pelo Sr. Prefeito, que colocou no Calendário de Porto Alegre a Semana Municipal da síndrome de Down e instituiu o Programa Municipal de Orientação sobre a síndrome de Down. No seu art. 3º – faço questão de registrar para os Anais da nossa Casa – consta: “São objetivos do Programa Municipal de Orientação sobre a síndrome de Down: III - instituir, em parceria com a sociedade, ações voltadas para a compreensão, o apoio, a educação, a saúde, a qualidade de vida, o trabalho e [aqui eu quero frisar bem, Presidente Vicente] o combate ao preconceito em relação a pessoas com síndrome de Down, seus familiares, educadores e agentes de saúde”. No inciso V consta: “Realizar ações de esclarecimentos e palestras em estabelecimentos da rede municipal de ensino para conscientização sobre a síndrome de Down e [mais uma vez destaque] combate ao preconceito”.

Por que faço questão de frisar esta palavra e estes incisos? Porque, recentemente, fomos atacados por uma desembargadora, que tem o dever de zelar pela lei e que, numa infelicidade, além de atacar a honra de uma Vereadora que foi assassinada brutalmente lá no Rio de Janeiro, atacou e agrediu a honra de uma professora com síndrome de Down. A desembargadora Marília Castro Neves, faço questão de ler para deixar consignado nos Anais desta Casa, na rede social, coloca assim (Lê): “Voltando para a casa e, porque vivemos em uma democracia, no rádio a única opção é a Voz do Brasil... *Well*, eis que senão quando, ouço que o Brasil é o primeiro em algumas coisas!!! Apuro os ouvidos e ouço a pérola: o Brasil é o primeiro país a ter uma professora portadora de síndrome de Down!!!. Poxa, pensei, legal, são os programas de inclusão social...Aí me perguntei: o que será que essa professora ensina a

quem? Esperem um momento que eu fui ali me matar e já volto, tá?” Essas são as palavras registradas pela desembargadora Marília Castro Neves.

Vejo, senhores, que completamos 30 anos da nossa Constituição Cidadã, em que nós, pessoas com deficiência, organizadas, fomos às ruas e ajudamos a escrever a nossa Constituição. E uma das principais lutas foi exatamente banir do nosso País o preconceito e a discriminação para com as pessoas com deficiência.

A Sra. Sofia Cavedon: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Paulo Brum, emocionada, assino embaixo a tua indignação com relação às palavras dessa desembargadora que não honra o cargo que tem; se ela, na condição que ocupa, chega a expressar dessa maneira o preconceito, imagine o que ainda temos que superar neste Brasil. Eu quero somar à tua homenagem o meu abraço, os meus parabéns ao Vicente Fiorentini, sei que ele e sua família são ponta de lança em um trabalho maravilhoso dos pais e amigos do Down, que vêm abrindo espaços novos, que vêm discutindo na escola, que excluía completamente a sociedade, que excluía... Aliás, a sociedade é que é deficiente.

Eu cumprimento o Fernando, o Vinícius e a Florência, que são provas materiais, efetivas, humanas de que todos têm grande potencialidade, basta a sociedade não discriminar e não querer enquadrar, num modelo homogeneizado e preconceituoso, o padrão de eficiência. A tua militância, Ver. Paulo Brum, nos traz a Semana da Síndrome de Down, homenageia o Programa Municipal de Orientação sobre Síndrome de Down, e eu me somo dizendo o quanto temos acompanhado e vibrado com as parcerias, com as mobilizações que faz a AFAD e por ter construído espaço de empoderamento de quem luta pela inclusão, de quem luta por uma acessibilidade universal. Parabéns, contem com o apoio político, a força militante da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

O SR PAULO BRUM: Obrigado, Vereadora.

O Sr. Tarciso Flecha Negra: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Paulo Brum, eu me somo à homenagem. Cumprimento o Presidente Mauro Pinheiro, o Sr. Vicente Fiorentini, Presidente da AFAD; o Sr. Fernando Moreira Barbosa, 3º Vice-Presidente da AFAD, e o Sr. Vinícius Streda, escritor. Eu sempre disse que sou contra qualquer tipo de preconceito. Tenho certeza de que estamos aqui para apertarmos as mãos e vivermos dignamente como seres humanos. Fui numa palestra do Romário, que tem sua filha com síndrome de Down. Gente, eu acho que esta era de mil novecentos e antigamente... Terminou, estamos em outra era, em que todo mundo tem seus espaços. Sou contra qualquer tipo de preconceito. Somo-me à tua luta; eu me somo à luta de todos eles, junto contigo. Parabéns, porque é inadmissível a gente ainda viver nessa opressão. Obrigado.

O Sr. Cassio Trogildo: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Ver. Paulo Brum,

primeiramente quero parabenizá-lo pela iniciativa deste período de Comunicações, por essa luta histórica – que está na sua trajetória – da Semana da Síndrome de Down e também a Semana de Conscientização sobre a Síndrome de Down. É importante para que, cada vez mais, a população possa se apropriar, se conscientizar da realidade e do dia a dia de cada uma dessas pessoas especiais na sua vida. Mais uma vez, parabéns, em nome de nossa Bancada. Que várias outras iniciativas nos anos próximos possam também dar continuidade a esse trabalho. Obrigado.

A Sra. Fernanda Melchionna: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Primeiro quero cumprimentá-lo, Ver. Paulo Brum, por esta homenagem, mas, sobretudo, pela instituição da Semana Municipal da Conscientização. A gente sabe do teu empenho, do teu trabalho nesta área, que certamente tem muita influência da Associação. Saúdo os componentes da Mesa e demais presentes. Quero dizer da importância deste momento de combate ao preconceito, à discriminação e, sobretudo, pela busca por políticas públicas, pelo apoio a importantes iniciativas que existem na sociedade, de entidades, da própria AFAD e de outras instituições para a questão da inclusão, do combate à intolerância. Eu prestava atenção ao seu pronunciamento e quero agradecer as palavras em relação à nossa Vereadora Marielle Franco, que lamentavelmente foi executada, minha amiga e companheira, junto com o Anderson Gomes, para o que exigimos justiça.

E aqui trouxeram o caso gravíssimo da desembargadora – e é uma vergonha para o Brasil ter uma pessoa com tanto preconceito, que desrespeitou e discriminou a Professora Débora. Eu queria terminar a minha fala com as palavras da Débora respondendo a desembargadora: “Eu ensino muitas coisas para as crianças. A principal é que sejam educadas, tenham respeito pelas outras, aceitem as diferenças de cada uma, ajudem a quem precisa mais. (...) O que eu acho mais importante de tudo isso é ensinar a incluir as crianças e todo mundo pra acabar com o preconceito porque é crime”. Belas palavras, sábias palavras da Professora Débora, que tem síndrome de Down, o que mostra a importância fundamental de termos professores como a Débora. É uma pena que uma desembargadora fale essas barbaridades e que não tenha frequentado uma aula como a da Professora Débora, talvez fosse uma pessoa acolhedora e combatesse o preconceito. Parabéns pela luta de vocês, contem com a Bancada do PSOL. Parabéns, Ver. Paulo Brum, pela iniciativa.

O Sr. Cassiá Carpes: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Quero saudá-lo, Ver. Paulo Brum, pela iniciativa valiosa. Quero saudar aqui o Presidente da Associação dos Familiares e Amigos do Down de Porto Alegre, Sr. Vicente Fiorentini; o 3º Vice-Presidente da Associação dos Familiares e Amigos, Sr. Fernando Moreira Barbosa; o Sr. Vinícius Streda, escritor – parabéns a todos vocês.

O que eu mais gostaria de salientar aqui, além de elogiá-lo, Ver. Paulo Brum, é sem dúvida sobre a forma de inseri-los na sociedade. Às vezes, há proteção demasiada na própria família: “Não pode fazer isso, não pode fazer aquilo”. Não, tem condições de fazer muita coisa. Às vezes, é preciso ter essa consciência de que há

necessidade e de que pode inseri-lo na sociedade e mostrar que a discriminação é crime. Naturalmente, nós estamos aqui num regozijo a V. Exa. pela forma que traz esse assunto, palpitante no momento, pelos acontecimentos adversos citados por Vossa Excelência. Quero dizer que, sem dúvida, temos que elogiar iniciativas dessa natureza, dar força, porque, às vezes, por serem pessoas corajosas, pessoas amáveis, dóceis, achamos que tudo é fácil de fazer; nós temos que dar oportunidade, reconhecer que são iguais a nós e que podem fazer o que nós fazemos. Parabéns.

O SR. PAULO BRUM: Obrigado, Ver. Cassiá Carpes.

O Sr. Cláudio Janta: V. Exa. permite um aparte?

O SR. PAULO BRUM: Ouço-o, é uma honra, Ver. Cláudio Janta.

O Sr. Cláudio Janta: Ver. Paulo Brum, incansável na luta das pessoas com deficiência; Sr. Presidente Mauro Pinheiro, Sr. Vicente Fiorentini, que está sempre presente aqui nesta Casa, também incansável na luta das pessoas com síndrome de Down; Sr. Fernando Barbosa, Vice-Presidente, que sempre nos acompanha, dando um exemplo do que um Down pode fazer, e agora, junto com o Vinícius, um escritor, provando que tudo é possível quando a pessoa tem o acompanhamento da família, quando a pessoa tem acompanhamento das instituições, assim como a Professora Débora. A maior deficiência que nós vemos é o preconceito das pessoas, a ignorância das pessoas quanto ao tratamento do Down, do autista, do cadeirante, do deficiente visual ou auditivo, principalmente o preconceito dos governos, com falta de políticas públicas, Vereador, para tratar dessas questões, e quem mais sofre são as famílias, na projeção de um futuro para as crianças, adolescentes, jovens e adultos com as deficiências. A sua luta é a nossa luta, pode contar sempre com esta Casa, com os Vereadores, conosco, para ajudar em todas as lutas que envolverem a situação das pessoas com Down. Muito obrigado, Ver. Paulo Brum, por mais essa luta.

O SR. PAULO BRUM: Obrigado, Ver. Cláudio Janta. Sr. Presidente, a Professora Débora Seabra de Moura tem 36 anos e trabalha há 13 anos como professora auxiliar numa escola particular em Natal. Ela é autora de um livro chamado “Débora Conta Histórias”. Por ser considerada um exemplo no desenvolvimento de ações educativas no País, a Professora Débora recebeu, em 2015, o Prêmio Darcy Ribeiro de Educação, em Brasília. Aqui quero deixar registrado que ela escreve um recado à desembargadora, intitulado “Recado para a Juíza Marília” (Lê.): “Não quero bater boca com você! Só quero dizer que tenho síndrome de Down e sou professora auxiliar de crianças em uma escola de Natal (RN). Trabalho à tarde, todos os dias, com a minha equipe, que tem uma professora titular e outra auxiliar. Eu ensino muitas coisas para as crianças. A principal é que elas sejam educadas, tenham respeito pelas outras, aceitem as diferenças de cada uma, ajudem a quem precisa mais. Eu estudo o planejamento, eu participo das reuniões, eu dou opiniões, eu conto história para as crianças, eu ajudo nas

atividades, eu vou para o parque com elas, acompanho as crianças nas aulas de inglês, música, educação física e mais um monte de coisas!”.

A Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down publicou uma carta de repúdio à demonstração de preconceito manifestada pela Desembargadora Marília de Castro Neves. Sr. Presidente, eu protocolei, na última quinta-feira, uma Moção de Apoio – espero que esta Casa possa votar no momento oportuno, espero a apreciação dos Srs. Vereadores – à Professora Débora Araújo Seabra de Moura. Também, juntamente, Sr. Presidente, uma Moção de Repúdio pela conduta da referida desembargadora, Sra. Marília de Castro Neves, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que postou críticas e mensagens carregadas de preconceito, questionando o que professores com síndrome de Down poderiam ensinar a alguém. Espero que, no momento oportuno, este plenário possa debater e votar essas duas moções.

Eu quero agradecer ao Vicente, à Florença, ao Fernando, ao Vinícius Streda, que se fazem presentes na tarde de hoje. O Vinícius também é escritor, publicou um livro para demonstrar e para provar que o homem só não faz aquilo que não quer fazer. Deem-nos condições, deem-nos espaço e ações para que nós possamos buscar a nossa inclusão social. E aqui está a prova concreta de que tudo podemos fazer nesta vida. A todos uma boa-tarde, que Deus nos abençoe. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mauro Pinheiro assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Ver. Paulo Brum, parabéns pela sua iniciativa, por todo o trabalho e pelo reconhecimento da entidade.

O SR. REGINALDO PUJOL: Presidente, perdoe-me, é que eu me atrasei para fazer um aparte ao Ver. Paulo Brum. Eu quero deixar registrado, em nome dos Democratas, a nossa integral solidariedade com a manifestação, sobretudo com os objetivos desta nossa homenagem especial, e o nosso compromisso de estarmos juntos nessa causa magnífica, uma demonstração clara da verdadeira solidariedade num objetivo tão relevante como esse. Feito esse registro, eu lhe peço escusas por ter interrompido o pronunciamento que vamos ouvir agora. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Parabenizamos o Ver. Paulo Brum pela Semana de Conscientização sobre a Síndrome de Down, um projeto de lei de sua autoria.

Faço o registro da presença do nosso Deputado Federal Marcon. Seja sempre bem-vindo, Deputado, a esta Casa.

O Sr. Vicente Fiorentini, Presidente da Associação dos Familiares e Amigos do Down, está com a palavra.

SR. VICENTE FIORENTINI: Boa tarde a todos. Boa tarde, Presidente da Mesa, Ver. Mauro Pinheiro. Agradeço a presença aqui de familiares da Associação AFAD. Primeiramente, registro novamente, aqui nesta tribuna, o que é a associação AFAD. É uma entidade criada há 25 anos por um grupo de pais, com o intuito de lutar pela inclusão social dos filhos, das pessoas com síndrome de Down e para combater os preconceitos. Ao longo dessa caminhada, a gente conseguiu bons resultados – daqui a pouco vamos ver aqui nesta tribuna –, mas temos uma caminhada longa ainda. Por quê? Porque o preconceito é uma coisa arraigada na sociedade – foi dito aqui por vários Vereadores também. E só se combate o preconceito através da conscientização, da luta constante nas escolas e junto às famílias primeiramente.

O Ver. Paulo Brum, que é um grande lutador pela causa das pessoas com deficiência na sociedade, já na Assembleia Legislativa como Deputado, aqui na Câmara de Vereadores... Estivemos conversando com ele no ano passado e percebemos a necessidade de instituímos uma lei municipal – já temos a lei estadual, já estamos lutando lá há dois anos, criando eventos para a segunda semana de março, que ocorreu agora na semana passada –, a gente analisava por que é necessária uma lei. Hoje, pelos discursos aqui nesta Casa em relação ao preconceito sofrido pela professora Débora, em Natal, no Rio Grande do Norte, percebe-se o quanto foi necessária, o quanto foi oportuna a aprovação, pelos Srs. Vereadores desta Casa, da Lei nº 12.344. Nós estamos aqui para convidar a todos a viabilizar essa lei através de um programa municipal de orientação. Já estamos em contato, então, com a Secretaria Municipal de Educação, temos um evento amanhã com a Secretaria do Desenvolvimento Social, temos um evento no Parque da Redenção no dia 08 de abril. Era para ser ontem, mas, em função do mau tempo, foi transferido para o dia 08 de abril, e todos estão convidados a participar dos eventos culturais e de uma caminhada que vai acontecer.

O que eu gostaria de registrar, então, é a importância da lei. Só através de uma lei, da viabilização dela que se consegue avançar nas políticas públicas para poder reduzir então a discriminação e fazer a inclusão social que se pretende. Em Porto Alegre, somos duas mil famílias aproximadamente que estão lutando para ter o seu espaço na escola e no mercado de trabalho, hoje com bons resultados. Agradeço mais uma vez ao Ver. Paulo Brum, agradeço a todos os Vereadores da Casa pelas manifestações, pela votação em 27 de outubro do ano passado. Vou deixar espaço para os dois jovens que estão aqui na Mesa, que possivelmente vão falar com mais oportunidade, mais competência do que eu sobre essa causa. Muito obrigado a todos e bom trabalho nesta Casa.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Sr. Fernando Moreira Barbosa, 3º Vice-Presidente da Associação dos Familiares e Amigos do Down de Porto Alegre, está com a palavra.

SR. FERNANDO MOREIRA BARBOSA: Boa tarde, Srs Vereadores desta Casa, pessoas aqui presentes. Sou uma pessoa que nasceu com síndrome de Down e, desde criança, graças aos meus pais, tive oportunidades para conviver socialmente, estudar e agora estou incluído no mercado de trabalho, trabalho no Hospital Mãe de Deus. Portanto, deveria ser normal a minha participação e de todas essas pessoas com síndrome de Down na política. Somos cidadãos e temos direitos e deveres como todos os brasileiros e queremos, através da política, construir um Brasil melhor socialmente. Além de namorar, casar, trabalhar, quero participar da política, ser candidato a Vereador, inicialmente para ajudar o povo gaúcho e, principalmente, as pessoas com deficiência, podendo estimular as famílias e as pessoas com síndrome de Down a se filiarem aos partidos políticos, a participarem da montagem de uma proposta boa para resolver os problemas do Brasil. Com isso, as pessoas dos partidos vão conhecer a gente e acreditar em nossas potencialidades. O ingresso das pessoas com síndrome de Down na política poderá tornar a sociedade mais tolerante, justa e com direitos iguais. Por isso aceitei o convite do Ver. Paulo Brum para participar desta Sessão alusiva à 1ª Semana Municipal de Conscientização sobre Síndrome de Down.

Para finalizar, solicito aos Srs. Vereadores desta Casa que continuem a aprovar leis propondo a inclusão das pessoas com síndrome de Down na sociedade e na educação. Muito obrigado ao Ver. Paulo Brum, obrigado a Porto Alegre, obrigado aos meus pais, obrigado aos Vereadores.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Sr. Vinícius Streda, escritor, está com a palavra.

O SR. VINÍCIUS STREDA: Boa tarde a todos os Srs. Vereadores e as Sras. Vereadoras que aqui nos prestigiam, parablenizo a cidade de Porto Alegre pela passagem de seu aniversário no dia de hoje. Eu quero passar uma mensagem de grande importância: o processo da inclusão começa na família, e, na escola, a gente aprende como normais, porque nós somos normais e podemos fazer as mesmas coisas que os adultos também fazem, quais sejam, a conviver, a se relacionar. E eu peço a esta Casa, ao Presidente Paulo Brum, aos Vereadores que apoiem os projetos que tratam da inclusão social, porque isso é importante, porque é a nossa causa. Nós queremos e batalhamos para trabalhar pela causa da inclusão social no Brasil, porque temos direitos na sociedade e na comunidade.

Eu sou escritor e conto minhas experiências, como a dificuldade de entrar no ensino regular, bem como dizendo que aprendi a conviver na escola e fora dela. Eu aprendi a ler e a escrever, fui alfabetizado. Obrigado ao Paulo Brum, à AFAD. Quero convocar, aqui, os Vereadores desta Casa a apoiarem a Moção de Apoio à Débora Araujo Seabra. Muito obrigado a todos. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Neste momento, ouviremos a apresentação de Florença Sanfelice, violonista, da FADERS, e Vice-Presidente da Federação Brasileira da Síndrome de Down da Região Sul, que tocará as seguintes músicas: Anunciação, de Alceu Valença, e É Preciso Saber Viver, de Roberto Carlos e Erasmo Carlos.

A SRA. FLORENÇA SANFELICE: Boa tarde a todos. É uma alegria estar aqui nesta Casa. Agradeço o convite. Agradeço, em especial, ao Ver. Paulo Brum. Muito obrigada. (Palmas.)

(Procede-se à execução das canções Anunciação e É Preciso Saber Viver.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. AIRTO FERRONATO: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Aproveito para cumprimentar a nossa jovem pela bela apresentação. Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, senhoras e senhores, eu quero, meu amigo Vicente, tomar a liberdade de falar em poucas palavras – até porque temos uma série de manifestações e discussões aqui hoje – e registrar, em primeiro lugar, a importância da tua participação e presença enquanto dirigente da nossa Associação. Eu sei que tu és a pessoa que mais tem atuado no País na causa e na defesa da pessoa com a síndrome de Down. Assim como eu te parablenizo, faço-o também ao nosso jovem Fernando, que é o Vice-Presidente. E quero registrar que, com frequência, vocês estão aqui conosco na Câmara apresentando uma série de propostas, convidando para uma série de eventos. Quero dizer da movimentação, da mobilização e da importância da nossa Associação nesta causa, que é uma causa que não é somente do portador da síndrome de Down, é uma causa de todos nós.

Agora, recentemente, nós vimos a questão da professora, e vimos aqui registrar o preparo, a inteligência, a forma como estudam os nossos jovens mulheres e homens adultos ou não, que é portador. Nós temos gente preparada, competente, e às vezes a sociedade brasileira não está preparada e não compreende isto: nós temos, sim, pessoas altamente preparadas, competentes e em condições de atuar em diferentes ramos e áreas da atividade humana. É por isto que estou aqui, para trazer um abraço a vocês, à nossa Direção, às pessoas que estão conosco nesta causa, na tarde de hoje. E quero dizer a todos da importância que é a presença de vocês conosco nesta tarde. Estamos juntos! Obrigado e um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Valter Nagelstein reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Muito obrigado, Ver. Aírto Ferronato, que falou em tempo de Liderança. Cumprido este período de homenagem, eu me desculpo, pois tive que me ausentar para ir ao nosso plenarinho. Nós tínhamos hoje a conclusão desse trabalho maravilhoso que foi liderado pelo Memorial da Câmara de Vereadores, que foi o XV Concurso Sioma Breitman de Fotografia, em que várias obras que retratam o presente da nossa Cidade foram selecionadas e premiadas, tendo sido feita a entrega da premiação no dia do aniversário de Porto Alegre. E quero, ao mesmo tempo, Ver. Paulo Brum, cumprimentá-lo pela propositura da homenagem, quero cumprimentar todos vocês, agradecer muito a presença do Fernando Moreira, agradecer a presença do Vinícius Streda e da Florença Sanfelice. Muito obrigado a todos, meu caro Vicente Fiorentini, obrigado pela sua vinda também à nossa Casa. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h14min.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein – às 15h17min): Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, colegas Vereadores e Vereadoras, senhoras e senhores taxistas aqui presentes, já quero entrar no tema mesmo nós estando num período anterior ao debate do texto que vamos analisar na tarde hoje. Hoje é aniversário de Porto Alegre, são 246 anos! Nós podemos, nós devemos marcar os 246 anos de Porto Alegre com uma homenagem a quem faz o transporte individual de passageiros desde os tempos em que se falava em chofer de táxi.

Queridos e queridas taxistas, existe lei nacional, os senhores e as senhoras têm uma profissão: a de taxista. O projeto com as nossas emendas, praticamente todas as emendas, creio que devam ser aprovadas por amplíssima maioria de Vereadores. Alguns Vereadores aqui – não falarei sozinho –, Ver. Ferronato, Ver. Janta, têm preocupação, Ver. Robaina, com uma categoria profissional, nós temos preocupações, Vereador Líder do Governo Moisés, com a cidade de Porto Alegre. Queremos que todos trabalhem, que o serviço funcione bem, que seja efetivamente de utilidade pública, mas que as regras sejam possíveis, que deem dignidade ao taxista e à taxista. Hoje nós temos aqui uma legislação tacanha que está na contramão das decisões do Supremo Tribunal Federal, que já pacificou um conjunto de questões sobre a autorização/permissão de táxis.

Então, nós queremos hoje, de peito aberto, de forma clara, transparente, com as representações de vocês, com as lideranças de vocês, com cada uma e cada um de vocês, senhores e senhoras que estão aqui, apresentar a melhor lei possível, que não penalize ninguém, pela qual o usuário do táxi tenha segurança, tenha vontade de pegar um táxi e circular por Porto Alegre. Uma Porto Alegre que foi moderna, que foi uma cidade encantadora, considerada uma das cidades mais bonitas do País! E é para isto que estamos hoje aqui: para fazer Porto Alegre voltar a ser uma cidade moderna, uma

cidade sem medo, uma cidade limpa, bonita, cuidada, com gente educada dirigindo e com gente educada pegando táxi! Uma cidade civilizada, que tenha amor, que haja paixão – ontem o Pujol e eu fomos ao Brique da Redenção nos seus 48 anos –, que haja paixão pela Cidade, por esta Porto Alegre! Que nos domingos de manhã possamos ir ao Brique, que de noite possamos sair e nos divertir, nos locomover para os locais de trabalho, passear, poder, enfim, usufruir.

Por isso, Ver. Valter, espero que hoje sejamos breves, sejamos claros, sejamos precisos em cada emenda que vamos aprovar, para ter o melhor projeto e convencer o Sr. Prefeito Municipal de que esta Câmara não está aqui para fazer oposição por oposição, mas que esta Câmara está aqui para ajudar a Cidade, para ajudar a municipalidade. Viva Porto Alegre nos seus 246 anos! Não podemos deixar de apoiar os taxistas e sua árdua luta para sustentar suas famílias. Viva à família taxista! Muito obrigado! (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Muito obrigado, Presidente Valter, pela sensibilidade de permitir que a gente falasse em Liderança. Boa tarde, Vereadores; em especial, boa tarde aos taxistas, que estão aqui mais uma vez numa luta difícil. Se eu fosse taxista hoje, eu sairia da profissão, de tão difícil que é ser hoje taxista, trabalhar como taxista.

Quero relatar que, neste aniversário da Cidade, nós não temos muito a comemorar em várias áreas da Cidade; não específico e pontual, Moisés, por um Prefeito ou por outro, mas por uma continuidade de política pública equivocada, na minha opinião, assim como em várias cidades. Hoje eu estava com o Prefeito de Alvorada, que é uma cidade que é uma tragédia. O relato que venho trazer para vocês é que o meu avô, nas décadas de 1960 e 1970, foi taxista e, de forma muito delicada – hoje ele tem 88 anos, foi até o início da década de 1990 como taxista – e trabalhadora, conseguiu sustentar os três filhos dele naquela época, entre os quais a minha mãe. Ele conseguiu dar um padrão de vida razoável naquele momento.

Eu sou um cara completamente favorável, Roberto, a qualquer tipo de iniciativa que venha a melhorar, que venha a qualificar, inclusive gerar competitividade, mas não é possível que os taxistas tenham que estar hoje disputando com Uber – de cada dez amigos meus, nove são motoristas de Uber – em condições desiguais. Eu acho que a gente tem que discutir aqui como os taxistas neste momento podem ser valorizados, ouvidos e principalmente colocados em condições iguais. Não é possível hoje, como eu falei aqui no início, pessoas estarem abandonando a profissão por não terem como se manter.

Assim como os professores, os enfermeiros de postos de saúde, muitas vezes mais do que muito deputado, de que muito vereador e político, talvez quem mais

fale com a população seja os taxistas, porque, dentro dos seus carros, transitam várias pessoas, centenas ao mês. Eu queria aqui pedir a sensibilidade de vocês, que falam com milhares de pessoas todos os dias, para falarem sobre a importância de nós não só discutirmos o tema dos taxistas, mas o tema dos animais, que é o tema pelo qual eu compro briga e discuto todos os dias e, principalmente, sou protetor lá da ponta. Se há uma ausência de política pública para todas áreas, se há uma ausência de sensibilidade com relação às questões dos taxistas, eu posso garantir a vocês que, infelizmente, para os animais não há nenhum olhar. Hoje o Prefeito de Alvorada me disse: “Eu ainda não fui visitar o canil de Alvorada.” E, falando com os prefeitos dos municípios de Guaíba, Canoas, Viamão, constata-se que não há sequer um diretor que responda pelos animais. Infelizmente, nesses municípios ainda há carroças, animais que são jogados à beira da morte, animais – como cães – que são mortos, atropelados, assassinados todos os dias, e não há política pública em relação a isso tudo. Aqui em Porto Alegre há uma tentativa, Ver. Moisés Barboza, de minimizar danos, que é a realidade, mas os animais pagam a conta mais alta por não terem uma política pública. E isso acontece todos os dias. Estou trabalhando aqui na Câmara de Vereadores como Vereador há três anos – na verdade, entrando no quarto ano do mandato, meu segundo mandato. Fui o protetor mais votado do Brasil, e isso não é gratuito; é pela ausência de política pública para os animais. Não tive um Natal, um carnaval – e quero que registrem, que me procurem e digam: “O Maroni teve!” –, uma foto de Ano Novo, de um final de semana em que eu estive em casa! Um só! Um final de semana em que estive em casa, que eu não estivesse trabalhando. Faz três anos e não houve um dia em que eu não tive que resgatar um animal, dois, três, cinco, sete, dez – um dia! E quem deveria fazer isso eram as Prefeituras, os Municípios. Animais que estão à beira da morte, que tem meia hora para viver. Por isso eu peço a sensibilidade dos taxistas, assim como eu tenho com vocês, para a minha causa, que infelizmente é esquecida...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Peço só um segundo para dizer o seguinte, rapidamente: primeiro, estamos todos de parabéns, porque Porto Alegre está de aniversário no dia de hoje, nossa Cidade faz 246 anos, e o Vereador é a representação do cidadão, de cada um dos porto-alegrenses. Segundo, gostaria de dizer que os senhores taxistas são muito bem-vindos à Casa. Eu acho que, sim, a política, de um modo ou de outro, está devendo para a categoria dos taxistas. Nós tivemos um fenômeno recente, disruptivo, várias cadeias produtivas no mundo nos próximos anos vão se desorganizar em função de ferramentas tecnológicas que surgiram, e eu acho que o nosso grande desafio é, nessa lógica, facilitar a vida do taxista, desburocratizar a vida do taxista. Esse é o espírito, pelo menos para mim, que preside neste momento. No ano passado, nós passamos seis meses aqui e não conseguíamos avançar, nem num sentido, nem noutro. Este ano, num acordo com os Líderes, nós fizemos, no final de fevereiro,

incluir na ordem do dia este dia que nós estamos vivendo hoje aqui. Era preciso enfrentar a Lei Geral dos Táxis, é preciso também enfrentar a lei dos aplicativos. Nesse sentido nós tínhamos pactuado – agradeço aos Srs. Vereadores – que hoje, impreterivelmente, entraríamos na votação da Lei Geral dos Táxis e aqui nós estamos. Eu espero, e o resultado é soberano do plenário, que no final desta votação o que saia seja uma realidade melhor para quem está lá na ponta operando, que é o profissional do táxi. A presença de vocês aqui é muito bem-vinda. O que eu peço, o que eu rogo na presidência é que a concórdia, que a paz, que o bom entendimento e a educação presidam sempre a nossa convivência ao longo desta tarde de hoje. Os Vereadores representam uma pluralidade, às vezes algum pode não ter uma posição exatamente que expresse aquilo que a gente pense, mas, no final das contas, o que importa é que, na média, a gente – quando digo a “gente”, digo todos nós, a Câmara, 1,5 milhão de porto-alegrenses, a Cidade que está de aniversário e os Vereadores – saia ganhando. Então sejam muito bem-vindos aqui.

A nossa ideia hoje era não ter período de Liderança e entrarmos direto na Ordem do Dia, mas é uma prerrogativa dos Vereadores usarem os cinco minutos de Liderança. Vários Vereadores reclamaram, alegaram que não estavam presentes na reunião em que fizemos o acordo, e, como o Regimento se sobrepõe, não vamos entrar diretamente na Ordem do Dia, que tratará do projeto de lei da Lei Geral dos Táxis; nós vamos, antes disso, reservar cinco minutos para que cada Vereador possa falar. Lembro também que, depois, os 36 poderão falar no período de discussão, as Bancadas todas poderão falar no período de encaminhamento, e novamente, em cada emenda, poderemos nos manifestar. Portanto, a perspectiva é de que a gente vá longe.

Mas estamos aqui justamente para isto, para trabalhar e construir uma realidade melhor e para adaptar a vida do taxista a esse fenômeno novo que surgiu, que são os aplicativos. Que nós, Poder Público, possamos dar uma condição de vida melhor para o taxista, para ele poder competir em condição de igualdade com os aplicativos. Sejam muito bem-vindos, boa tarde de trabalho a todos nós. (Palmas.)

O Ver. André Carús está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. ALDACIR OLIBONI: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Saúdo nosso Presidente da Casa, colegas Vereadores e Vereadoras, de modo especial todos os taxistas que estão aqui na Casa nos acompanhando, cidadãos e cidadãs que acompanham a Sessão nesta tarde. Como vários Vereadores aqui já falaram, estamos hoje de aniversário, completa 246 anos a nossa querida Porto Alegre, a Porto Alegre que escolhemos para viver, para nos estabelecermos com as nossas famílias e para lutar e defendê-la. Mas, infelizmente, nós, cidadãos, não merecemos, às vezes, alguns governos que esquecem de se estabelecer como governo de fato, falam uma coisa na campanha e, depois que se elegem, decepcionam a classe política. Estou falando do Prefeito Marchezan que, em tese, não conseguiu apresentar novidades para a Cidade. Qual é a marca do Governo Marchezan? São os buracos na Cidade? É o mato

tomando conta? São as obras inacabadas? Qual foi a novidade que Marchezan apresentou em ano de Governo? Nós podemos citar algumas questões que são fundamentais, por exemplo: o largo dos Açorianos, foi resolvido? Continua abandonado. O Mercado Público? Continua desocupado no 2ª andar e com obra concluída com recursos estadual, federal e municipal; e fala, inclusive, em privatizar o Mercado Público. A Orla do Guaíba? Continua inacabada e a população sem ter acesso a um dos cartões postais da nossa Cidade. Ali na entrada da Cidade, as obras, a reformulação do espaço do Laçador. O Orçamento Participativo que é a marca de Porto Alegre por ter uma democracia participativa, o Marchezan acabou com o Orçamento Participativo. Neste momento e no dia em que nós comemoramos 246 anos de Porto Alegre, também estamos indignados, porque, muitas vezes, e na grande maioria, a população não merece o Governo que tem. Muita gente diz o contrário: a população merece o Governo que tem, porque o elegeu. Nesse aspecto, nós, como bancada do PT, como bancada de oposição aqui, falando pelo PSOL e pelo PT, queremos fazer este registro: está na hora de governar; está na hora de acabar com as filas na área da saúde; está na hora de poder andar pela Cidade e conversar com a população, um gabinete da comunidade, Prefeito, como todos os governos fizeram e pretendem fazer; está na hora valorizar o funcionalismo público, e não, acabar com as conquistas de anos – de anos! – que foram feitos ao longo da sua carreira profissional. Mas, não, o Prefeito manda projetos para cá e, inclusive, fala mal da Câmara de Vereadores. E uma das coisas que ele diz é o seguinte: “Não votaram sequer o aumento do IPTU”. Mas a forma, sem contemplar o imposto progressivo, nossa bancada jamais votará, porque pagam mais os que têm menos; e pagam mais os que têm mais – é uma lógica! Não dá para entender por que ele mantém um apartamento ou uma casa que vale R\$ 2 milhões com o mesmo reajuste daquele que tem o patrimônio de R\$ 500 mil. Porto Alegre precisa ser repensada, sim; Porto Alegre tem uma Câmara de Vereadores e quer ser valorizada, quer ser reconhecida. A grande maioria dos projetos que nós votamos aqui é vetada pelo Governo. Nós queremos a abertura do diálogo, da compreensão e, mais do que isso, nós queremos que os serviços públicos funcionem a contento e não promovam a ideia da quebração para querer privatizar, como é o caso do DMAE, da Carris e de tantos outros órgãos públicos que o Governo quer entregar. Não! Queremos fazer com que a nossa Cidade seja mais humana, seja mais compreensiva, senão, meus amigos, a imagem do político fica cada vez pior, haverá aumento dos votos nulos e das abstenções, e todos nós pagaremos. Por isso, em nome da oposição, nós queremos dizer aqui: o mais importante é a abertura do diálogo. Esperamos que aconteça hoje o reconhecimento de uma categoria que há tanto tempo vem lutando por dignidade. Um grande abraço e o apoio da bancada do PT e do PSOL.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra em Comunicações.

O SR. CASSIO TROGILDO: Boa tarde Presidente Valter; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; público que nos acompanha aqui, majoritariamente taxistas da nossa Cidade; público que também que nos acompanha pela TVCâmara. Este dia de hoje está reservado, nesta Casa, para tratar da mudança da lei dos taxistas, mas não poderia de deixar de tratar também do aniversário de 246 anos da nossa cidade de Porto Alegre. Hoje nós tivemos, no início da Sessão, a visita da Tânia Pires, Presidente da ONG CIUPOA, marcando o lançamento do movimento POA 250 e da campanha representada pela *hashtag#eusouacidade*. Esse é um projeto, Ver. Adeli, idealizado e realizado por vários ativistas, entidades sociais, lideranças comunitárias, organizações não governamentais e indivíduos preocupados com a Cidade de uma forma geral. A ideia é celebrar os 246 anos de Porto Alegre e projetar a Cidade que completará 250 anos em 2022 – portanto, em apenas quatro anos –, com os seguintes questionamentos: o que você está fazendo pela Cidade? Conhece alguma iniciativa importante no seu bairro? Objetivamente, a proposta visa difundir a cultura da resiliência conhecendo, compartilhando e conectando ações positivas que estão sendo desenvolvidas para melhorar a Cidade em que vivemos. O movimento POA 250 busca conectar ações desenvolvidas por cidadãos, entidades, empresas, instituições, organizações, por todos aqueles que vivem a cidade de Porto Alegre. Uma das entidades que participa, como já falei aqui, é a ONG CIUPOA – Centro de Inteligência Urbana, presidido pela Tânia Pires. O trabalho da ONG CIUPOA – Centro de Inteligência Urbana tem como foco global trabalhar Porto Alegre frente às mudanças climáticas a partir de uma visão local; por isso, desde 2011, o CIUPOA tem uma atenção especial pelo Morro da Cruz, que é uma das áreas mais carentes da Capital e sofre historicamente com a ocupação de áreas de risco e também com os efeitos dos eventos climáticos extremos. Ao longo de sete anos, o CIUPOA e os seus parceiros colocaram em evidência aos moradores questões como meio ambiente, saúde, educação, economia e cidadania.

Com foco no público jovem, a organização tem entre os seus principais projetos a realização de atividades culturais e o apoio em capacitações para o mercado de trabalho. O CIUPOA tem a seguinte premissa: trabalhar com os outros e para os outros é muito mais enriquecedor. Conheci o trabalho da Tânia, do CIUPOA; conheçam outros exemplos em Porto Alegre. Vamos compartilhar a *hashtag#eusouacidade* no Facebook, no Twitter e no Instagram. Para saber mais sobre a campanha, basta acessar, no Facebook, no Twitter ou no Instagram, Porto Alegre 250.

Nosso gabinete já está se somando a essa iniciativa. Nesta semana, nós vamos trabalhar com a informação da zona rural de Porto Alegre, com a nossa lei que torna a zona rural de Porto Alegre livre de agrotóxicos e de transgênicos. Nas próximas duas semanas, Ver. Prof. Alex, também trabalharemos nessa iniciativa com o nosso projeto de resiliência, que tramita na Casa; na outra semana, com o projeto de mudanças climáticas, fazendo então a nossa participação nesse projeto do Porto Alegre 250 anos, aguardando 2022, quando a nossa Cidade completará 250 anos.

Neste finalzinho da minha fala do período de Comunicações, eu gostaria de saudar a todos os taxistas que aqui se encontram, e dizer que teremos uma tarde bastante

alongada de discussões legítimas, entre todos os Vereadores, buscando o melhor projeto que busque o melhor equilíbrio para o conjunto dos cidadãos de Porto Alegre, e, logicamente, também para os nossos taxistas que prestam um trabalho tão importante na Cidade. Eu já não sei quantas emendas há, mas até eu subir à tribuna já tínhamos 25 emendas. Então realmente teremos uma tarde de muito trabalho. Muito obrigado e um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. Cassio Trogildo.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada, Presidente. Boa tarde a todos, senhores e senhoras, Vereadores e Vereadoras, taxistas da nossa Cidade, homens e mulheres. As palavras do Ver. Adeli já nos representam bastante, ele construiu uma caminhada bonita com a CCJ, com vários Vereadores. Essas emendas que nós vimos retiram as exigências draconianas de um governo que não percebeu ainda o quanto a profissão de vocês já está massacrada o suficiente pelas novas relações de trabalho nessa área, pelos aplicativos, pelas tecnologias que chegaram na cidade de Porto Alegre. E nós vamos, sim, votar no sentido de diminuir essas exigências, de favorecer a atividade dos senhores e das senhoras para que a Cidade conviva de maneira profícua, com o trabalho que constrói muitas vidas na nossa Cidade.

Eu queria pedir paciência, no entanto, em nome dos Partido dos Trabalhadores, para fazer, nesta segunda-feira – é necessário –, o registro do profundo repúdio que nós temos em relação à forma como o Rio Grande do Sul recebeu uma caravana política, uma caravana de debate político, do presidenciável Luiz Inácio Lula da Silva. Nós podemos ter a divergência que tivermos, podemos não gostar nem do jeito dele, nem do projeto que ele representa, podemos divergir e divergimos porque é salutar na democracia, é extremamente salutar. Quando se vota, quando se debate política, está se debatendo projetos para sociedade, e nós temos divergências num Brasil profundamente desigual, da forma de ver o Brasil, da forma de ver a política, da forma de escolher políticas públicas. Nós protestamos veementemente, no entanto, que o Rio Grande do Sul tenha sido palco de retorno da violência no debate político, porque a violência no debate político caracterizou os tempos da ditadura militar, os tempos de censura, os tempos de prisão, os tempos de tortura, os tempos de expulsão deste País de quem divergia. Esses tempos nós esperávamos tê-los superados e o que a gente assistiu nesse Rio Grande que canta no seu hino “que sirvam as nossas façanhas de exemplo a toda terra”, que se orgulha de ser um estado politizado, foi apedrejamentos, o uso de chicote contra pessoas, intolerância, ódio nas ruas à cavalo de pessoas que se chamam e tenho certeza de que de consideram pessoas de bem, homens e mulheres de bem, foi assustador, senhores e senhoras. Assustador ver jovens meninas, como a Ieda Alves, a Daniele Mendes e a Suzana Machado Ritter, receberem socos, palavras machistas,

palavras desrespeitosas, terem suas bandeiras arrancadas, ateadas fogo e serem ameaçadas na integridade física! Mas o que é isso, senhores e senhoras? Infelizmente com a complacência da grande parte da mídia e, lamentavelmente, Ver.^a Mônica, com falas da Senadora do Estado do Rio Grande do Sul, parabenizando esse tipo de reação! Senadora! Representante do Estado Democrático, que sabe muito bem que na democracia a gente resolve no diálogo, a gente resolve no voto a nossa divergência. No diálogo e no voto, Ver.^a Fernanda. Nos processos democráticos podemos ter muitas divergências, mas nós reivindicamos que a democracia viceje, que a democracia seja forma de solucionar os problemas, as diferenças, este País que exige tanto, inclusive a erradicação da violência. A Marielle, a Vereadora no Rio de Janeiro, lutava por isso, por paz, por direito à integridade física, contra qualquer preconceito de raça, com o pobre, de opção religiosa, de opção sexual e de cor da pele, e ela foi assassinada, senhores...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra em Comunicações.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todos e a todas. Neste período de Comunicações, não pretendemos usar todo o nosso tempo, afinal vai ser uma tarde longa, quero já falar em nome do Roberto Robaina e do Alex Fraga, cumprimentar todos os taxistas, as mulheres taxistas também, os homens, trabalhadores que estão aqui conosco hoje. Ao mesmo tempo em que cumprimento, já vou entrar no tema do aniversário da Cidade e também do projeto de lei que votaremos à tarde. Vereadora Sofia, queria trazer aqui, no plenário, publicamente, a nossa solidariedade a vocês. Vocês sabem que a caravana do Lula não é a nossa caravana, o programa do PT não é o nosso programa, nós teremos candidato e achamos inadmissíveis as cenas de violência, de ódio, de intolerância que foram vistas em Passo Fundo e em outras cidades, repudiado por todos que defendem a democracia. Lamentável, uma Senadora fazer coro com isso, e vocês do PT têm toda a nossa solidariedade, porque ódio, intolerância e violência precisam ser combatidos de todas as maneiras. Inclusive, quero saudar também a solidariedade que vocês tiveram quando da nossa perda recente, o assassinato da companheira Marielle Franco, recebemos uma carta do Partido, assim como de vários partidos da Câmara, e nós seguimos exigindo justiça para a Marielle e para o Anderson, que foram brutalmente assassinados na cidade do Rio de Janeiro e que, enfim, estarão sempre nas nossas lutas, mas evidentemente é fundamental exigir justiça.

No tempo de Comunicação, também queria falar dos 246 anos da cidade de Porto Alegre. Nós estamos no aniversário da nossa Cidade e, lamentavelmente, temos pouquíssimo a comemorar. A Cidade está desleixada, abandonada, nós temos buracos tomando conta das ruas e causando muitos problemas à população; a capina, que não é realizada, o desmonte da assistência social. Nós temos um Prefeito que tem desmontado

o conjunto das políticas sociais da cidade de Porto Alegre. Então, muito mais do que comemorar esses 246 anos, nós queremos dizer que é tempo de resistência em defesa de uma cidade que respeite a sua população, que garanta saúde, educação, assistência, segurança, que resgate a sua história de luta e que, ao mesmo tempo, não se sujeite a este desmonte, porque os Prefeitos, felizmente, são temporários, mas a nossa Cidade tem muita história, que precisa ser reivindicada neste momento.

Por fim, nestes dois minutos que me sobram, eu queria dizer da importância da discussão de um projeto agora à tarde. Eu me dirijo aos taxistas da nossa Cidade. Quero dizer que nós, do PSOL, estamos muito atentos à situação dramática por que passa a categoria. Nós sabemos que muitos perderam salário, perderam condições de vida. A concorrência desleal leva, muitas vezes, a que trabalhadores quebrem ou tenham a sua renda diminuída em até um terço. Nós precisamos fazer uma discussão que garanta condições mais justas a vocês, seja menos taxa, seja mais respeito à categoria, seja modernização da frota... Não a modernização em relação ao modelo do carro, porque eu acho que tirar o carro 1.0 é um absurdo, nós precisamos derrubar isso no projeto. É preciso garantir que determinados modelos de cartão de crédito, de aplicativos para chamar táxi, de compartilhamento avancem no sentido de garantir direitos, mas é preciso fazer um debate estratégico.

Nós sabemos que os aplicativos vieram para ficar, mas é fundamental a sua regulamentação, e nós votamos a regulamentação do Uber aqui por uma questão muito básica. Em muitos lugares em que os aplicativos se instalaram – inclusive, o Uber, que é uma grande empresa multinacional bilionária –, eles acabaram com a concorrência, destruíram o modelo de táxis, e, depois, a tarifa virou uma tarifa dinâmica, fazendo com que os usuários paguem muito caro. Eu sei que é um debate difícil com os usuários.

Quando nós votamos o projeto do Uber, eu fiz um projeto junto com o Ver. Alex Fraga, apoiado pelo PSOL, regulamentando o Uber, obrigando a empresa Uber a pagar um milhão de reais para garantir seguro para os motoristas, tentando avançar para que a gente taxasse uma multinacional avaliada em 60 bilhões e garantisse direitos para os motoristas que lá trabalham. Mas o que acontece? Exemplos, como o de Dallas, mostram-nos que eles entram, acabam com a concorrência e triplicam o valor das corridas. Então, é fundamental garantir o serviço de táxi, porque ele é o balizador do mercado, garantindo que a população usuária não pague por essa lógica... (Palmas.)

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver.^a Fernanda Melchionna. O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RICARDO GOMES: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, em especial, Ver.^a Sofia Cavedon, do PT, que subiu a esta tribuna, eu

quero, Vereadora, também, acusar uma Senadora da República que defendeu a violência e que se colocou ao lado de bandidos, atacando os cidadãos de bem, que é a Senadora Gleisi Hoffmann, que disse que, para prender Lula e cumprir a lei no país, teria que se matar muita gente. E eu não ouvi uma palavra de repúdio de Vossa Excelência. Quando alvejaram o Prefeito de São Paulo com ovos, eu não ouvi uma palavra de repúdio de Vossa Excelência, quando manifestações em Porto Alegre viraram containeres, queimaram pneus, defendendo Lula, eu não ouvi uma palavra de repúdio de Vossa Excelência. E, agora, o que está acontecendo no País não é ódio da direita, é resultado do que o Partido dos Trabalhadores plantou enquanto governou este País; plantou o ódio, a divisão, a contraposição da sociedade, e agora está colhendo o que semeou. Ninguém defende a violência, mas é preciso perceber, Ver.^a Sofia e Partido dos Trabalhadores, que o que aconteceu em Passo Fundo é que as pessoas que são vítimas do roubo levantaram a voz contra quem os roubou. É a manifestação das vítimas do roubo que o PT implantou no País. (Palmas.) Chegaram a dizer que estavam jogando ovos fora e que há fome no País. Ora, quantos ovos poderiam ser comprados com os R\$ 88 bilhões que o PT e seus partidos aceclas ajudaram a subtrair da Petrobras? E eu digo para V. Exa. que não tenho problema algum em dizer que quero que os corruptos de todos os partidos sejam presos. E a sociedade brasileira hoje sofreu uma derrota, porque hoje foi confirmada a sentença de Lula – isso é bom –, e o que é ruim é que ele não vai cumprir a pena, como qualquer um aqui cumpriria se fosse condenado em segunda instância, porque ele nomeou metade do Supremo Tribunal Federal, e o Supremo, descumprindo o seu próprio precedente, está protegendo o ex-Presidente condenado por corrupção, do PT, Lula da Silva. Essa é a tristeza do País, e ninguém aqui vai defender a violência, ninguém aqui vai dizer que é bom, mas há que refletir. Enquanto alguns saem às ruas para queimar contêineres e pneus, porque isso é da sua índole, há que refletir o que é que fez com que essas pessoas – que são trabalhadores, produtores e que não têm isso na sua índole – saíssem de casa para parar uma caravana sustentada com infraestrutura pública, para se apropriar da inauguração de uma universidade pública, fazendo um discurso partidário. Enquanto o PT não entender o quanto a sociedade está enojada e esgotada das suas práticas, o PT jamais vai se levantar eleitoralmente. O povo saiu às ruas, não era para haver violência, não somos a favor da violência, mas entendo a reação de uma vítima que foi roubada pelo Partido dos Trabalhadores. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. Ricardo Gomes. O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Boa tarde, Vereadoras e Vereadores; taxistas que estão assistindo a esta Sessão. A Ver.^a Fernanda Melchionna, falando também pelo PSOL, já fazia a consideração política necessária na defesa que temos da categoria dos taxistas. Nós vamos expressar essa defesa nas votações hoje no plenário.

Nós sabemos que a categoria dos taxistas está, além do mais, sendo penalizada por uma recessão econômica nacional que diminuiu a capacidade da própria população de pegar táxi. Isso se combinou com essa operação da tecnologia no mundo inteiro, essa mudança tecnológica, essa possibilidade de ter uma empresa multinacional como a Uber, atuando em diversos países, sem ter sequer compromisso com esses países. Quero destacar para vocês que o Prefeito Marchezan - é importante os taxistas terem isso presente - não dá bola sequer para os motoristas Uber, ele gosta dos donos da Uber, da Cabify, não dos motoristas. Isso é preciso ter presente porque não nos interessa a divisão entre os trabalhadores dos táxis e os da Uber. Eu sei que às vezes é difícil, e nós vamos expressar a defesa dos taxistas porque é uma categoria que, se depender da lógica neoliberal do Marchezan, vai ser extinta! No momento em que o País está em recessão, no momento em que não há perspectiva de trabalho, extinguir uma categoria é gravíssimo, e nós não vamos evidentemente compartilhar disso. Esse é um esclarecimento necessário. Eu queria, igual, aproveitar a fala do Ver. Ricardo Gomes porque acho que a sua fala é muito grave. O Ver. Ricardo Gomes, em primeiro lugar, tem que dizer de que partido ele é! Aqui as pessoas têm partido. Ele é do PP, um partido campeão na Lava Jato. Não há nenhum partido com mais acusação de corrupção do que o PP. O Ricardo Gomes escolheu o PP para se filiar e ser candidato. Então, aqui, não vem ficar respaldando ações que não são ações contra corrupção, são ações de setores reacionários, elitistas. No caso do ataque a caravana do Lula... Eu fui do PT durante 20 anos, é preciso que se diga, eu saí do PT, era da Direção Nacional do PT, em 2003, antes do mensalão, saí do PT porque achei que o partido, ao se aliar com os partidos tradicionais que sempre governaram o Brasil, acabaria reproduzindo os mesmos métodos. Então, o PT se aliou com o PP, partido do Ricardo Gomes, o que não podia dar boa coisa, e foi de fato um desastre a aliança do PT com o PP, com o PMDB. Estamos num descalabro porque, infelizmente, a lógica da política hoje é dominada por um tipo de política que privilegia só as grandes empresas, privilegia só as multinacionais, no caso, aqui, no debate de hoje é uma expressão disso, a defesa das empresas Uber, Cabify. Há falta de uma luta política para defender o que é nosso, para defender os pequenos, para defender os trabalhadores. (Palmas.)

Então, a política nacional está dominada por isso. Eu vejo que nisso a Senadora Ana Amélia realmente fez um papelão. Foi um papelão tão feio que a própria jornalista da Zero Hora, Rosane de Oliveira, a criticou. Porque a jornalista da Zero Hora percebeu que o que a Ana Amélia está instigando é uma posição fascista e a posição fascista é a posição que vai contra todo tipo de organização dos trabalhadores e dos setores médios. É isto que eles querem: impedir que a classe trabalhadora se mobilize, fazendo com que a classe trabalhadora tenha medo de lutar, mas a classe trabalhadora não vai ter medo de lutar e vai impedir que uma minoria privilegiada siga mantendo privilégios como se pudesse viver tranquilamente...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

A SRA MÔNICA LEAL: Boa tarde, Vereadores, colegas, Presidente, taxistas que hoje nos acompanham, já inicio dizendo que sou uma fiel usuária desse serviço, contem sempre com o meu apoio, e da bancada do Partido Progressista também. (Palmas.) Tenho uma mãe que está fazendo 90 anos e é muito bem atendida por essa categoria. Então, os meus cumprimentos e, mais uma vez, a minha afirmação que estamos com vocês.

Eu acompanhei atentamente as manifestações aqui da Ver.^a Sofia Cavedon, da Ver.^a Fernanda Melchionna e do Ver. Roberto Robaina. Eu confesso que não entendi, os senhores e as senhoras acordaram hoje, agora? Estão em que planeta? Qual é a terra? Não é no Brasil! Eu não sou advogada, mas eu venho de uma família de advogados, onde se debate muito sobre o que está acontecendo na política. O Brasil enfrenta a maior crise econômica e política, por que será? Vamos lá: Lula é réu na Justiça Federal condenado pelo colegiado da segunda instância. O povo está cansado dessa roubalheira! Por esse motivo que ele foi recebido como foi, senhores e senhoras, nada mais normal, ou alguém aqui tem dúvida que está faltando dinheiro na saúde, na segurança, na educação? É um absurdo o Lula pretender em sonho ser candidato a Presidente da República. Tem que valer a pena ser honesto neste País! Tem que valer a pena ser político honesto! É por isso que o Lula foi recebido, sei lá como, de relho, de panela, não importa! Ou Porto Alegre não bateu panela quando foi preciso? Eu me surpreendo com as colocações que eu ouvi aqui. Nós, o Ver. Ricardo Gomes, Ver. Nedel, Ver. Cassiá e eu, nós não temos corrupto de estimação! Seja do PP, seja de que partido for! Cometeu ilegalidades? Está metido na corrupção? Que seja punido e expulso do Partido! É isso que nós defendemos. Tanto é verdade que o Ver. Ricardo Gomes confeccionou um documento solicitando ao Presidente do Partido, e vai ser enviado ao Presidente nacional, que isso seja feito. Agora, diferente aqui da Senadora Gleisi Hoffmann. Ela diz o seguinte: “Para prender Lula, vai ter que matar gente – diz Presidente do PT”. Esqueceram disso? Memória curta? Eu não esqueci, como jornalista, eu li a notícia e lembro bem. A Senadora Ana Amélia Lemos, que é a melhor Senadora do Brasil, recebeu prêmio de melhor Parlamentar, que é uma mulher ética, trabalhadora, comprometida, ela apenas disse, que é o que eu estou dizendo aqui, que o povo está cansado de roubalheira.

Nós não queremos mais ver criança sem escola, faltando merenda, saúde, educação. Agora, é engraçado – não é? – dois pesos e duas medidas, eu estava na convenção, sentada bem na frente da Senadora Ana Amélia Lemos, de quem algumas vezes já discordei, quando, por exemplo, ela quis fechar o Partido Comunista com a Manuela e, respeitosamente, eu discordei. Mas, desta vez, ela deu voz ao povo! Nós, do Rio Grande, não queremos receber um ladrão! Obrigada. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver.^a Mônica Leal. O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Ver. Valter Nagelstein; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; senhores e senhoras taxistas; eu acho que hoje era o dia de falarmos sobre o setor, ou sobre a categoria taxista. Mas quando algum Vereador e algumas Vereadoras vêm aqui defender o indefensável: quantas vezes vocês ficaram trancados no trânsito por uma baderna do PT ou do PSOL? Quantas vezes? Baderna! Incendiando, trancando o trânsito, fazendo de tudo. E agora vêm aqui: “Ui ui ui, ai ai ai, me trancaram em Passo Fundo”. Mas o que é isso? Mas que denguinto é esse? O Seu Stédile disse que o MST ia botar fogo no Brasil, mas não põem fogo num canteiro! Não põem fogo no canteiro, porque são covardes! São covardes, e saem correndo... Sabe qual arma que era? Ovo. Esses valentões correram de meia dúzia de ovos. Correram de meia dúzia de ovos, esse é o PT! E eu lamento que o PSOL seja tão solidário com o PT. Eu lamento!

(Manifestação nas galerias.)

O SR. IDENIR CECCHIM: Não faça isso, não vire as costas, que algum Vereador pode virar as costas para ti também. E a categoria não te merece. É isso. (Palmas.) Acho que as coisas estão indo para o lugar. Eu não quero violência, até nem é necessária. O povo não quer mais saber do PT, não quer saber de nada dessa turma de esquerdalha que é contra por ser contra. Eu falo antes que a Ver. Sofia fale do PMDB: o Eduardo Cunha está na cadeia, e está bem lá na cadeia, lá é o lugar dele. Vai fazer companhia para o Lula logo em seguida. Ladrão é ladrão! Eles têm que ficar juntos. E nós queremos é ficar junto de quem trabalha – são vocês das galerias. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. João Bosco Vaz.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, colegas Vereadores, trabalhadores e trabalhadoras taxistas da nossa Cidade, pessoas responsáveis por levar a população de Porto Alegre e os turistas que aqui chegam nesta Cidade, esperamos que, na tarde de hoje, esta Cidade faça justiça com vocês em relação às suas profissões e tirem as onerações que esta Cidade cobra de vocês – há uma ganância em faturar principalmente em cima dos taxistas desta Cidade. (Palmas.)

Sr. Presidente, colegas Vereadores, eu queria saudar toda a população de Porto Alegre nestes seus 246 anos: pessoas, assim como eu, que nasceram nesta Cidade e principalmente as pessoas que adotaram esta Cidade, pessoas vindas do interior do Estado, de outras cidades e que até muitas vezes amam mais esta Cidade do que nós. Nos seus 246 anos, eu vejo Porto Alegre como uma pessoa que, no dia do seu

aniversário, está no hospital, numa CTI, comemorando seu aniversário, na expectativa de continuar sobrevivendo, de chegar no próximo aniversário. A Cidade está numa CTI, toda entubada, na expectativa de que o médico venha e diga que lhe arrumou a cura. Eu, particularmente, aguardei o dia de hoje, desde o ano passado, quando deixei a Liderança do Governo, para pedir desculpas à população de Porto Alegre, à comunidade de Porto Alegre, aos senhores taxistas, aos rodoviários, aos comerciários, aos vigilantes, aos moradores da periferia que frequento muito. Mil desculpas, vinte e um mil e poucas desculpas, que foi a quantidade de votos que meu partido fez; cinco mil e poucas desculpas, que foi o número de votos que eu fiz, por ter ido aos pontos de táxi, nas paradas de ônibus, nos postos de vigilância, nas lojas, nos postos de gasolina, em vários lugares da Cidade, por ter batido nas portas das pessoas, andado nas ruas desta Cidade e ter pedido votos para o Prefeito Marchezan. Eu quero pedir desculpas para a população por ter errado, por ter feito isso. (Palmas.) Porque a nossa Cidade está agonizando na UTI. Vocês que andam nas ruas da Cidade sabem muito bem do que estou falando, da buraqueira da Cidade, das ruas alagadas, das ruas mal cuidadas, dos canteiros cheios de mato, das ruas mal iluminadas, da criminalidade, vocês sabem muito bem do que estou falando. Sabem muito bem quando não há turistas na Cidade na época do carnaval, quando não tem turistas no Acampamento Farroupilha, quando não tem turistas na Parada Livre, quando as pessoas não vêm a esta Cidade porque o Prefeito diz que aqui é o pior lugar pra se viver, quando o Prefeito vai ao BNDES e diz que há 16 anos esta Cidade é o pior investimento que tem no Brasil. Como se não bastasse, nesta Cidade, na área cultural, não é feito nenhum investimento. Este ano não foi feito nenhum investimento no carnaval. Nós apresentamos emendas aqui, Ver. João Bosco, a quem agradeço o tempo que me cedeu.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Cláudio Janta prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Nós fizemos emenda para o carnaval, emenda pela qual a Prefeitura tinha que dar infraestrutura para o carnaval, acordado com os Líderes do Governo, com a base do Governo, e o Prefeito vetou. Só que, no dia 27 de fevereiro, a Prefeitura lançou um edital – 27 de fevereiro! – de dispensa de licitação para uma empresa colocar iluminação no Porto Seco no valor de R\$ 141 mil. Após o carnaval, a Prefeitura lança um edital de dispensa de licitação para uma empresa fazer instalação de média tensão no Porto Seco no valor de R\$ 141 mil.

Neste fim de semana, agora, no Calendário de Atividades de Porto Alegre, nós tivemos a entrega do Prêmio Açorianos, um prêmio qualificadíssimo de Porto Alegre – a Ver.^a Mônica foi Secretária da Cultura – e do Prêmio Tibicuera, para crianças. A Prefeitura deixou as crianças na chuva, não abriu o Teatro de Arena. Deixou as pessoas na chuva; largou os troféus em cima de uma mesa e mandou pegar os troféus, ali. Esta é a cultura que a Prefeitura tem.

A Prefeitura diz que não tem dinheiro. Aí o Prefeito fez um filme sobre a palhaçada nos bairros, que manda os CCs irem lá. Fez um filme no Cinema Capitólio,

com coquetel, com dinheiro público. Aí fez uma exposição na Prefeitura de Porto Alegre, de painéis. E não tem dinheiro, Ver.^a Mônica. E aí o pessoal sobe aqui dizendo que nós queremos tirar dinheiro da comida das crianças; que nós queremos tirar dinheiro da merenda escolar; que nós queremos deixar as criancinhas de Porto Alegre sem merenda escolar; que o Governo não tem dinheiro, Ver. Luciano Marcantônio, para as piscinas; que nós somos malvados; que o Governo fez as emendas, mas que o Governo vai pagar; que nós somos malvados, mas o Prefeito está se autopromovendo quando lança seu filme. O Prefeito está se autopromovendo quando faz uma exposição de fotografias dos ex-Prefeitos para terminar na gestão dele. Eu pensei: “Bom, tem até o dia 06 para renunciar”. Eu pensei que ele ia ser candidato a deputado federal ou alguma coisa assim.

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

O SR. CLÁUDIO JANTA: Não, não, não. Tem critérios. Eu pensei que ele ia ser candidato. Porque ele terminou a exposição com a sua foto. E mais ainda: não tem dinheiro para merenda escolar, não tem dinheiro para as piscinas, o Prefeito não gosta de pobre! Isso está consumado! (Palmas.) Não gosta de pobre! E ainda, o pior de tudo, e em relação a isso nós fizemos mais um Pedido de Informação: o Prefeito não pode dar dinheiro para o carnaval, não pode dar dinheiro para a Parada Livre, não pode dar dinheiro para as piscinas, não pode dar dinheiro para o Adote um Escritor, não pode dar dinheiro para nada! Não pode dar dinheiro para a Paixão de Cristo, para Nossa Senhora dos Navegantes, não pode dar dinheiro para Santa Rita, não pode dar dinheiro para São Jorge, não pode dar dinheiro para nada! Mas pode dar dinheiro para se autopromover! Porque na semana passada o Prefeito foi no Tá na Mesa, alguns colegas inclusive estavam lá, e ele foi lá explicar a Porto Alegre que não existe! Foi lá explicar uma Porto Alegre que afunda mais a cada dia. O Prefeito poderia deixar Porto Alegre em paz. Só que um dos patrocinadores do Tá na Mesa, que patrocinou o Prefeito ir lá e meter o seu chalachá, é a Procempa, a empresa pública de Porto Alegre patrocinou o almoço do Prefeito com ingresso a R\$ 70,00. Que vergonha, Sr. Prefeito! Que vergonha o senhor usar a empresa pública para patrocinar o seu almoço, Prefeito, a R\$ 70,00! Que vergonha é essa? Não tem dinheiro para nada e tem dinheiro para patrocinar o seu almoço, tem dinheiro para patrocinar...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. CASSIO TROGILDO (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem de priorização de votação da Ordem do Dia de hoje para que possamos votar, primeiramente sem encaminhamento – e já tenho acordo da maioria dos Líderes –, o Requerimento nº 046/18, de autoria do Ver. Paulo Brum, que requer

uma Moção de Apoio à professora Débora Araújo Seabra Moura, a primeira professora do Brasil com síndrome de Down. Após retornarmos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Esta Presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem da priorização de votação da Ordem do Dia de hoje, para que o Requerimento nº 041/18, da Mesa Diretora, seja o segundo e que, em bloco, votemos os Requerimentos nº 041/18 e nº 046/18. Após retornarmos à ordem normal.

Em votação os Requerimentos de autoria desta Presidência e de autoria do Ver. Cassio Trogildo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADOS.**

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein – às 16h31min): Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 041/18 – (Proc. nº 0458/18 – Mesa Diretora) – requer a realização de Sessão Especial no dia 12 de abril, das 10h30min às 11h30 horas e das 14h30min às 16h, a bordo do Catamarã e do Cisne Branco, com percurso pelo Delta e Ilhas do Guaíba, para tratar do transporte hidroviário, da revitalização da orla do Guaíba e do turismo náutico.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 046/18 – (Proc. nº 0476/18 – Ver. Paulo Brum) – requer seja encaminhada Moção de Apoio “à Professora Débora Araújo Seabra de Moura, pela conduta da desembargadora Marília Castro Neves do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, postando críticas e mensagens carregadas de preconceito, questionando o que professores com Síndrome de Down podem ensinar a alguém, referindo-se a professora Débora Seabra (primeira professora com Síndrome de Down do país – Rio Grande do Norte – Natal)”.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Em votação o bloco composto pelos Requerimentos nº 041/18 e nº 046/18. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo a Subemenda nº 01, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, à Emenda nº 09 ao PLE nº 018/17.

Apregoo a Emenda nº 19, de autoria do Ver. Paulo Brum, ao PLE nº 018/17.
Apregoo as Emendas nº 20 e nº 21, de autoria do Ver. Cláudio Janta, ao PLE nº 018/17.

Apregoo a Emenda nº 22, de autoria do Ver. Ricardo Gomes e do Ver. Cláudio Janta, ao PLE nº 018/17.

Apregoo a Emenda nº 23, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, ao PLE nº 018/17.

Apregoo a Emenda nº 24, de autoria do Ver. Cláudio Janta, ao PLE nº 018/17.

Apregoo a Emenda nº 25, de autoria do Ver. João Carlos Nedel e do Ver. Cassio Trogildo, ao PLE nº 018/17.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 20 ao PLE nº 018/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25 e a Subemenda nº 01 à Emenda nº 09 ao PLE nº 018/17.

Apregoo o Memorando s/nº, de autoria do Ver. Dr. Thiago, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação na palestra Impactos da Violência Sexual e Doméstica, bem como na inauguração da Sala Lilás e futura instalação do Centro de Referência no Atendimento Infantojuvenil, na cidade de Santa Rosa, no dia 27 de março de 2018. Tal participação ocorrerá sem qualquer tipo de ônus para a Câmara Municipal.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 2057/17 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 018/17, que altera o art. 2º da Lei nºs 11.466, de 29 de julho de 2013, que institui o monitoramento dos veículos integrantes da frota do transporte individual por táxi do Município de Porto Alegre, altera o parágrafo único do art. 1º, o *caput* e os §§ 1º e 2º do art. 5º, o *caput* e o § 1º no art. 8º, o inc. XVIII do art. 23, § 3º do art. 27, o *caput* e o § 3º do art. 31, o inc. I e II do art. 33, o *caput* e os §§ 2º, 3º, 4º e 8º do art. 34, o § 4º do art. 38, art. 39, o art. 40, o art. 41, os §§ 1º, 5º e 8º do art. 65, inclui os §§ 5º, 6º e 7º no art. 8º, inclui o art. 18-A, os incs. XXXIII a XXXV no art. 23, o inc. III ao art. 27, art. 27-A, o art. 30-B, o art. 31-A e 31-B, o § 5º no art. 38, o § 6º no art. 57 e o § 18 a 20 no art. 58, revoga os §§ 3º e 4º do art. 5º; o art. 18; § 5º do art. 27; § 2º do art. 33; §§ 1º, 5º, 6º e 7º do art. 34; §§ 1º, 2º e 3º do art. 36; os incisos II a V do § 2º e os §§ 3º e 4º do art. 38; o inciso III e os §§ 1º, 2º e 3º do art. 42, e os §§ 6º e 7º do art. 65, todos da Lei nº 11.582, de 21 de fevereiro de 2014, que institui o Serviço Público de Transporte Individual por Táxi no

Município de Porto Alegre, revoga a Lei nº 7.951, de 8 de janeiro de 1997; a Lei nº 8.357, de 13 de outubro de 1999; a Lei nº 8.751, de 28 de agosto de 2001, e os arts. 3º e 4º da Lei nº 11.466, de 29 de julho de 2013.

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Cláudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e das Emendas nºs 01 a 09.

Observações:

- com Emendas nºs 01 a 18;

- incluído na Ordem do Dia em 20-11-17 por força do art. 81 da LOM.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Em discussão o PLE nº 018/17. (Pausa.) O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLE nº 018/17.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, trabalhadores taxistas, nós estamos falando aqui, queiram ou não queiram, hoje, da economia da cidade de Porto Alegre. Eu já tive o privilégio de falar com uma centena de taxistas da nossa Cidade. Como economia, eu vou falar do meu setor. Nós não podemos sobretaxar uma economia em cima da outra. Já fiz esse raciocínio com vários taxistas. Nós não podemos beneficiar uma economia e sobretaxar outra. Nós não podemos ter os taxistas com GPS; não podemos ter os taxistas com biometria; não podemos ter os taxistas com exames disso, exames daquilo; não podemos ter os taxistas com uma série de coisas, somente com o argumento de que os taxistas têm a isenção do IPI, os taxistas têm a isenção na hora de comprar seu carro. Somente o envelopamento do carro – Ver. João Bosco, o senhor se inscreva para falar no seu tempo, aí o senhor vem aqui e fala seus argumentos –, na hora de envelopar o carro, já foi todo o desconto que ganha; somente na hora de colocar o GPS, já foi todo o desconto que ganha. Eu estou falando agora do meu setor: quando vem os *shopping centers* para Porto Alegre – e esta Cidade tem mais de 18 *shopping centers* –, e aí eu falo para os taxistas, as lojas de bairro, o comércio do Centro não fazem campanha contra os *shopping centers*. Isso eu já falei para várias lideranças; o comércio de rua, o comércio do Centro, o comércio de bairro fez campanha para ganhar os privilégios que o *shopping center* tem: área azul, segurança, uma série de coisas. Eu acho que nós temos que nos preocupar com o projeto de hoje, com as condições que os taxistas vão ter. O GPS serve para quê? Para nada! Então, não tem por que ter GPS. Biométrico serve para quê? Para nada! Nem os bancos mais usam biométrico. Tudo isso serve para a Prefeitura arrecadar e sobretaxar os táxis. Se algumas coisas servem para os táxis, com certeza, quarta-feira, vão servir também para os aplicativos. Se nós temos que saber se um taxista está andando drogado, nós temos que saber também se um motorista de aplicativo está andando drogado. Não serão dois pesos e duas medidas. Os dois – assim como o motorista de ônibus, assim como o motorista de lotação, assim como o motorista de transporte escolar – andam com vidas, e o nosso problema é defender a vida. Então todos terão que fazer exame

biométrico. Se o táxi tem que ter seguro de vida para os passageiros, o lotação, o ônibus, o transporte escolar e os aplicativos também terão que ter seguro de vida para os passageiros. Se o táxi tem que ter ficha corrida para comprovar que a pessoa que está dirigindo é uma pessoa idônea, se o ônibus tem que ter ficha corrida para provar que o cobrador, o motorista e o fiscal são pessoas idôneas, assim como o lotação e o transporte escolar, os aplicativos também terão que comprovar que são pessoas idôneas. Todos estão lidando com a população de Porto Alegre! Direitos iguais para todos.

Agora, sobretaxar táxis, ônibus, aplicativos, transporte escolar, bicicleta, seja lá o que for... Chega de pagar impostos! Chega de o povo pagar impostos! Não pode um produto pagar tanto de imposto e outro pagar tão pouco. Nós vamos, com certeza, lutar por uma regulamentação justa para os táxis, para o sistema...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para discutir o PLE nº 018/17.

O SR. MOISÉS BARBOZA: Boa tarde, Presidente, colegas Vereadores, os que nos acompanham pela TV Câmara e os taxistas e motoristas que estão aqui hoje. Eu subo à tribuna, rapidamente, quero deixar claro, algumas pessoas cobravam aqui através de mensagens no celular por que eu não tinha me inscrito no período de comunicações. Por um motivo simples, porque nós temos uma tarefa grande, e nós tínhamos feito um acordo de, o mais rápido o possível, entrar na Ordem do Dia para discutir o projeto dos táxis.

Eu quero dividir aqui com os senhores e com as senhoras que alguns Vereadores aqui acompanharam as reuniões com as entidades representativas na EPTC, com a presença do Prefeito, com a presença, se não me engano, na reunião em que eu estive, do Ver. Nedel, da Ver.^a Comandante Nádia, Ver. Mauro Pinheiro, e alguns outros Vereadores. E eu ouvi muito das entidades representativas sobre os anseios dos táxis e sobre o grande número de passageiros perdidos para os aplicativos, que no mundo inteiro são um reflexo dos nossos, não só, problemas de mobilidade urbana, mas também dos novos tempos. E nessas discussões, eu gostaria de pedir aqui, eu vou tentar me manifestar pouco na tarde, porque temos muitas emendas para discutir, e todos os Vereadores que apresentaram emendas tentam dar a sua ajuda, ouvindo ou não algumas pessoas das entidades. Então, a gente vai, dentro do possível, tentar não falar. Mas eu preciso deixar claro aqui que, em nenhum momento, essa administração fez algo diferente do que tentar fazer com que os táxis de Porto Alegre tenham alguma espécie de diferencial para que as pessoas se sintam cada vez mais seguras, e para que a Prefeitura possa, em breve, fazer propaganda e dizer: “Em Porto Alegre temos um sistema de táxi, o melhor – e por que não dizer? –, o melhor do Brasil”. Essa é a tentativa da Administração, é a tentativa de todos aqui, de todos os Vereadores que

apresentaram emendas. Então, eu gostaria de fazer um apelo, que os Vereadores parassem, e sempre tem um grupo aqui que geralmente gosta muito mais de levar para o lado da raiva, porque a raiva, hoje em dia, é uma ferramenta fácil de se transformar em apoio eleitoral e político; que a gente diminuísse isso, que a gente se debruçasse sobre as emendas e sobre o trabalho em respeito às senhoras e aos senhores taxistas, que essa é a nossa matéria. E ao grupo que gosta de subir e ocupar o tempo para dizer: “Fora Satori! Fora Marchezan! Fora Temer!”, nós temos a responsabilidade exclusiva, no dia de hoje, de tentar transformar os táxis de Porto Alegre nos melhores e mais seguros do Brasil. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. Moisés.

Apregoo a Subemenda nº 01, de autoria do Ver. Mendes Ribeiro e do Ver. Idenir Cecchim, à Emenda nº 15 ao PLE nº 018/17.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Mendes Ribeiro, solicitando que seja votada em destaque a Subemenda nº 01 à Emenda nº 15 ao PLE nº 018/17.

O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para discutir o PLE nº 018/17.

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, já que o Ver. Janta pediu que eu me inscrevesse, eu me inscrevi e estou aqui para poder explicar, Ver. Janta, o que eu gritei para V. Exa. Se o Prefeito Marchezan alega que os taxistas têm isenção de IPI e por isso devem ser penalizados com mais impostos, é um equívoco, porque o IPI é um imposto federal, não tem nada a ver com a Prefeitura Municipal. E mais, tem retorno, mas não é o Marchezan que manda, é um imposto federal. E tem mais, Ver. Nedel, os taxistas, para terem a isenção do IPI e de outros impostos, precisavam usar o táxi durante três anos. E não me deixa mentir aqui o Walter da Aspertáxi...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: Só um pouquinho. Quem conseguiu fui eu, meu amigo, espera. Não comas cru, espera. Eram três anos e o Deputado Vieira da Cunha e este Vereador, vou repetir: o Deputado Vieira da Cunha e este Vereador, foram ao então Secretário da Fazenda Paulo Michelutti, no Governo Rigotto, falamos a ele que os taxistas precisavam trocar os carros, com todas essas isenções, após dois anos de uso, o Paulo Michelutti e o Governador disseram que não podiam tomar uma decisão isolada, mas prometeram que levariam para o Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz, que é a reunião de todos os Secretários da Fazenda do País, e lá essa ideia do Dep. Vieira da Cunha, com a minha participação e da Aspertáxi, o Confaz tomou a decisão e passou para todo o País que passasse de três para dois anos. Essa é a história para o senhor conhecer.

Em relação ao projeto que temos aqui, o Ver. Janta já explicou varias situações, o Ver. Moisés também colocou algumas situações. Eu penso, no que diz o projeto: o exame toxicológico de seis em seis meses não dá, tem que ser uma vez por ano, mas tem que ter, exame toxicológico tem que ter, e vai ter também quando os aplicativos vierem para cá. E as duas emendas que foram apresentadas aqui tanto para passar de duas vezes para uma vez ao ano...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Por favor, senhores! Meu amigo, por gentileza. A primeira vez, e vou pedir encarecidamente. Vereador, está assegurado o seu tempo. Nós estamos, com toda a boa disposição e cordialidade, recebendo todos os senhores aqui. Aqui é a casa dos senhores, é a Casa do Povo, é o Parlamento, mas o Vereador tem todo o direito de expressar as suas ideias sem ser interrompido. Depois, entre um intervalo e outro, os senhores, por favor, têm todo o direito de participar. Muito obrigado.

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: Só queria informar aos senhores, estava tentando explicar, que, de certa forma, o Governo Marchezan já recuou nessa questão do exame toxicológico, porque o projeto fala de seis em seis meses, mas a emenda do Vice-Líder Luciano Marcantônio diz que é uma vez por ano. Ele também fez a mesma emenda para os aplicativos, é isso que eu quero explicar. Não há diferença para nós, nós não estamos de um lado ou de outro. Eu poderia desfilar dezenas de projetos que eu fiz para os táxis. Está o Valter ali, está o Antônio, que passavam dentro do meu gabinete. Todos os projetos que eu fiz foi para beneficiar os taxistas.

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Apregoo a Subemenda nº 01, de autoria do Ver. Felipe Camozzato, à Emenda nº 01 ao PLE nº 018/17.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Felipe Camozzato, solicitando seja votada em destaque a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLE nº 018/17.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLE nº 018/17.

O SR. ADELI SELL: Ver. Valter, colegas, senhoras e senhores; nós temos que aproveitar esta data para chegarmos aos maiores entendimentos possíveis da história do táxi em Porto Alegre. Temos uma Câmara madura, responsável, que estudou, pensou, fizemos reuniões, aprovamos o projeto na Comissão de Constituição e Justiça – este plenário tinha um monte de taxistas, tinha gente para caramba – e algumas emendas já tinham sido apresentadas. Tem algumas emendas que, talvez, haverá sobre

elas questionamentos de ordem jurídica, mas isso depois a gente tentará ver melhor. Por exemplo, a questão do exame. O Prefeito queria seis meses, a emenda é minha, passamos para um ano, mas eu também digo que, se for na renovação, o mesmo que for aprovado aqui com os senhores e com as senhoras vai valer para os aplicativos: direitos iguais, deveres iguais, é o mesmo tipo de procedimento. Nós temos o táxi como um serviço de utilidade pública; com a permissão, como já foi dito, é um serviço público, já tem posição pacificada no STF sobre a questão. Nós queremos isonomia, nós queremos igualdade, nós queremos a garantia de um serviço que seja exemplar.

Nós não tínhamos discutido, há pouco, a questão de cor, estamos muito abertos a discutir, mas deve ser uma coisa que não prejudique absolutamente ninguém.

Sobre o exame toxicológico, pode-se fazer uma subemenda a essa aí, dizendo que será feito de ano em ano, ou na renovação, até os 80 anos. Porque eu acho que, depois dos 80 anos, o pessoal não vai fumar um baseado. Eu acho que não vai ter esse problema.

Então, nós temos que ter muita tranquilidade entre nós. Já houve divergências demais entre nós. O problema, muitas vezes, em Porto Alegre, é essa divergência, essa briga por qualquer coisa, em que as pessoas acabam não ouvindo o outro. É preciso ouvir, é preciso estar de coração e mente abertos para essas questões. São coisas que nós podemos resolver aqui e agora. Aqui é a voz de toda a cidade de Porto Alegre. O Prefeito é uma pessoa que representa o Executivo, mas a legislação é feita aqui nesta Casa, pelos 36 Vereadores. É por isso que nós queremos resolver essas questões *pari passu*. Nós não pretendemos aqui terçar por armas, nós aqui não queremos fazer disputa político-ideológica, porque eu acho que isso já está superado. A questão é ter um melhor serviço de transporte de passageiros em Porto Alegre. Se vai ter um, dois, ou seis passageiros, é uma discussão que tem que ser feita. Então, nós queremos trabalhar com as senhoras e os senhores nesta tarde. Se nós não discutirmos hoje, nós vamos resolver isso na quarta-feira, pois os senhores têm que trabalhar, têm que viver, têm que sustentar as suas famílias, como fizeram até hoje.

Por isso que nós não podemos colocar problemas para o serviço de táxi, que já tem demais, como buracos na rua, que estragam muitos pneus e muitos carros, então, nós queremos que as coisas funcionem efetivamente.

E, nas emendas que nós tivermos divergências, viremos aqui e discutiremos o que significa uma ou outra.

E, por favor, juntos, com a categoria unida, com os Vereadores que estão aqui predispostos, como alguns que têm trabalhado mais nesse tema, nós vamos ter a melhor lei que Porto Alegre precisa; Porto Alegre precisa de renovação, mas Porto Alegre não pode aceitar algo que venha a atrapalhar o serviço de vocês.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):Obrigado, Ver. Adeli Sell. O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLE nº 018/17.

O SR. CASSIÁ CARPES: Quero saudar o Presidente; Vereadoras e Vereadores; os taxistas e os do aplicativo.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. CASSIÁ CARPES: Não adianta ficarem brabos, vão ter que se convencer. Agora à tarde, o Presidente Temer sancionou, sem nenhum veto, a Lei dos Aplicativos, portanto, ela existe. Quero dizer a vocês, com a maior tranquilidade, que não adianta ficarem brabos, não adianta espernearem. O Prefeito também fica brabo conosco, quando não aprovamos aqui os seus projetos, para, às vezes, arrecadar mais, prejudicar a sociedade. Nós queremos achar um meio e, por isso as emendas, de beneficiá-los. Se vocês vieram aqui na Casa achando que tudo vai ser aprovado, não vai dar; não estamos aqui para carimbar, mas para pensar na sociedade. Aquilo que puder ser aprovado nesta Câmara, com seus 36 Vereadores, será aprovado, e para isso existem as emendas e as nossas prerrogativas. Nós podemos contrariar o projeto do Prefeito, e, assim mesmo, ele pode vetar, vir para cá novamente o projeto, e termos que derrubar o veto. Digo aos senhores, com a maior tranquilidade, que há emendas – e cada um de nós pensa diferente –, que podem modificar o projeto, mas isso não é contra vocês, é a favor da sociedade. Nós estamos aqui representando, não os taxistas nem os aplicativos, mas a sociedade em geral, da qual vocês e nós fazemos parte. Nesse aspecto entendo que nós, através das emendas, vamos corrigir e ajudar vocês, aperfeiçoando, modificando, não querendo descaracterizar, mas olhando pelo ângulo da sociedade de Porto Alegre. Portanto, às vezes, se uma emenda de vocês não passar, não é por que não queremos, é que aqui tem que ter 19 votos, que é 50% mais um, para ser aprovada. Não adianta nós começarmos a brigar. Tem emendas que eu aprovo e outras não, e assim é sucessivamente na Casa, é assim que se faz a democracia. Não estamos aqui para carimbar. Todo mundo que vem aqui pede e vamos carimbar? Cada um tem a sua inteligência, a sua sabedoria, a sua capacidade de assimilar o que é bom para a sociedade, e mesmo assim, às vezes, erramos, e vocês erram também porque somos humanos. Mas estamos aqui para fazer o melhor possível para vocês, para que tenhamos uma sociedade conjuntural melhor para atender o cidadão. Com a maior franqueza, não tenho o que esconder, não sou candidato a nada, não tenho, portanto, que prometer nada aqui nem pedir favor. Eu tenho aqui é obrigação de votar com a minha consciência, como sempre votei. E tenho certeza de que a minha consciência é mais do lado de vocês do que do lado de alguém que não quer o bem da Cidade. Um abraço a todos, esse é o meu posicionamento. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir a PLE nº 018/17.

O SR. DR. THIAGO: Subo a esta tribuna, Presidente, primeiro para parabenizar pela mobilização dos taxistas na tarde de hoje, acho que ela é muito importante e denota uma preocupação que observamos em cada um dos senhores que está aqui com o transporte na Cidade. Quero dizer de forma muito serena, conversei com vocês, que a minha sensibilização vem de algumas audiências públicas que tivemos, principalmente ao final do ano passado nesta Casa. Nós tivemos aqui alguns depoimentos importantes, que inclusive me fizeram fazer uma emenda que vou ler a seguir.

Quero dizer que com relação à questão do exame toxicológico, acho que deve ser feito por amostragem e por denúncia. A forma como está colocado é realmente excessiva. A biometria é cara, Ver. Adeli Sell, e o mercado é capaz de regular os automóveis que efetivamente têm condições e os que não têm condições – o mercado é capaz de regular isso. Estamos aqui com o Presidente do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – muito obrigado pela sua presença, desculpe qualquer desconforto anterior à sua presença, mas o mercado é capaz de regular esse tipo de situação. A emenda que nós propomos é singela, face aos fatos que nós vimos aqui relatados nos casos concretos. Prestem bem atenção, é principalmente nas situações que não são intervivos, são de pessoas que faleceram. (Lê.): “Art.1º. Ficam permitidas a extensão do direito à utilização da permissão aos herdeiros legítimos ou aos meeiros, com base no direito sucessório, cumprindo os requisitos da lei”. Eu acho que, se há uma posição diferente do Ministério Público, se há uma posição diferente do Judiciário, esse tema tem que ser enfrentado novamente, porque essa posição é contra a lei! Essa posição é contra o direito sucessório! Então, vamos enfrentar essa emenda, peço a ajuda de vocês e o convencimento com cada colega meu para que possamos fazer com que isso conste novamente na lei; e, se precisar enfrentar Ministério Público ou decisão judicial, que façamos isso! (Palmas.) É assim que também se constrói direito. Como conversei com o Dr. Soletti ali fora, a EPCT não é – viu, Ver. Moisés, Líder do Governo? – contrária à colocação desse dispositivo. Então que possamos construir isso, porque, sem dúvida nenhuma, vai dar muito mais tranquilidade às famílias para que elas possam continuar trabalhando e prestando um serviço que melhore de qualidade a cada momento. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra para discutir o PLE nº 018/17.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: Obrigado, Presidente Valter. Colegas Vereadores, Vereadoras; cidadãos e cidadãs das galerias, taxistas guerreiros, trabalhadores, quero, neste momento de discussão, parabenizar a luta organizada dos motoristas, dos permissionários, dos taxistas, parabenizar também o sindicato que esteve em todos os gabinetes, incansavelmente, construindo a melhor solução para a Cidade. Quero dizer que esses 36 Vereadores que estão aqui estudaram bem o projeto,

têm mais de 20 emendas ao projeto encaminhado pelo Executivo. E aqui esta Casa é para discutir mesmo. Hoje sou Presidente da CUTHAB, que é a Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação da Câmara, mas fui anteriormente integrante da Comissão de Constituição e Justiça, e tivemos, os meus colegas Janta, Adeli, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Dr. Thiago e eu – não sei se esqueci de alguém da Comissão –, nós fizemos aqui uma audiência pública, neste plenário, com os taxistas, e ouvimos muito, dialogamos, foi um momento de emoção, o sangue estava quente, as pessoas ficam preocupadas quando podem perder um direito. Então, é um tema, para nós, muito sensível, muito simbólico, em que todo mundo aqui vai buscar o melhor para vocês. O Governo tem uma visão de tentar modernizar o máximo possível os serviços, e tem o equilíbrio disso tudo. Então, Presidente Valter, que tem conduzido bem todos os debates nesta Casa, oposição, independentes, base do Governo, tenho certeza que teremos uma bela resposta para a sociedade depois da discussão, depois dos encaminhamentos, e vocês poderão presenciar aqui a discussão de emenda por emenda e a posição de cada Vereador, com toda a liberdade. O Governo Marchezan entrou em janeiro de 2017, e sobre ele há uma coisa que ninguém pode dizer que não tenha sido positiva: nunca a Câmara de Vereadores teve tanto debate e tanta presença da sociedade organizada e de cidadãos nesta Casa. E nós, Vereadores, estamos fazendo um trabalho exemplar. Esta Casa, de todas as capitais, a Câmara de Vereadores de Porto Alegre é a que tem a maior transparência – maior transparência. Então, tenho certeza que vamos sair bem de toda essa discussão. Eu fui o autor do exame de seis para um ano. Achei que seis meses, como veio do Executivo, dois exames por ano seriam em demasia, conversei com os taxistas, conversei com várias pessoas interessadas nessa questão do exame toxicológico, e fiz a emenda aumentando o prazo do exame, de seis meses para um ano, e também fiz, no mesmo momento, a emenda para que os aplicativos também tenham a necessidade desse exame.

Mas é a Casa aqui que vai decidir, são 19 votos. Eu acho meritório, acho importante, mas é no sentido de valorizar a imagem do taxista e a imagem do aplicativo perante a população. Esse exame, no futuro próximo, vai ser obrigatório para todos, para os caminhoneiros e outros, ninguém vai fugir desse exame toxicológico. Esse exame eu acho muito importante, porque vai dar mais segurança para todo mundo. Muito obrigado pela atenção de vocês, tenho certeza de que não vamos cumprir hoje o trabalho, então se preparem para retornar na quarta-feira. E tenho certeza do sucesso de uma ótima lei para vocês que nós vamos entregar para a sociedade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para discutir o PLE nº 018/17.

O SR. CASSIO TROGILDO: Boa tarde, mais uma vez, Presidente Valter, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos acompanha. Eu sei que há uma

ansiedade, principalmente da plateia, que se possa votar logo a nova lei ou as alterações da Lei dos Táxis. Mas é importante que entendamos o Regimento da Câmara e para que se adequa cada momento. Realmente cada uma das emendas, as bancadas podem encaminhar, mas devem, para não descumprir o Regimento, tratar apenas da emenda, quando assim o fizerem. Por isso esse momento de discussão é tão importante, porque no momento de discussão, justamente, se trata do conjunto do projeto e, inclusive, também do conjunto das emendas. E é nesse momento que têm oportunidade os 36 Vereadores, se assim o quiserem, de poder dar a sua contribuição. Eu tenho uma visão geral sobre esse processo em seu todo, que vem num paralelo, sim, com o projeto de lei dos aplicativos, que não tinha nenhuma regulamentação e que ainda não está vigendo, Ver. Mauro Zacher, por algumas questões: medidas judiciais, a própria espera pela lei federal, e o Ver. Cassiá Carpes acabou de anunciar agora que foi sancionada. Também pela lei com alterações que o Executivo Municipal acabou enviando para esta Casa. Eu entendo – foi assim, inclusive, o combinado no Colégio de Líderes – que os dois projetos têm que andar paralelamente. Primeiro, o dos táxis, porque ficou o compromisso ainda na Legislatura passada, quando nós votamos aqui a lei dos aplicativos, de que não votaríamos nenhuma outra alteração nos aplicativos, Ver. Moisés, sem votarmos as alterações na Lei Geral dos Táxis. O Ver. Luciano Marcantônio disse que foi feita uma audiência pública para tratar dessa alteração da Lei Geral dos Táxis, como fizemos também – talvez a maior audiência pública da história de Porto Alegre – lá no Gigantinho para tratar da questão dos aplicativos.

Pois bem, eu acredito que algumas questões têm que realmente andar em paralelo. Não pode ser cobrado na Lei Geral dos Táxis, Ver. Robaina, e não haver a cobrança lá nos aplicativos, porque isso vai configurar... Apesar de serem serviços que alguns querem dizer que são diferentes, Ver. Paulinho Motorista, mas atuam na mesma faixa de clientes, atuam buscando o mesmo passageiro, portanto o Poder Público precisa estabelecer, Ver. Airto Ferronato, uma equiparação de concorrência. E aqui estamos: há aqueles que acham que têm que regulamentar quase nada, alguns acham que têm que regulamentar um pouco mais. Eu acho que tem que ter equilíbrio. Eu falei com vários taxistas ainda enquanto Presidente no ano passado, recebi o Sintáxi e outras entidades, grupos de taxistas, mesmo hoje já falei com vários taxistas. Exemplificando, a questão da biometria: tem muitos que acham que não vai ser eficaz. Se eventualmente for aplicado aqui, tem que botar lá nos aplicativos também, para termos equidade. A questão do exame toxicológico: o próprio Ver. João Bosco já disse que houve avanço, tem emenda do nosso Vice-Líder Luciano Marcantônio passando para um ano o exame toxicológico. Eu acredito que vem qualificar o serviço, mas tem que ter também lá nos aplicativos. E o Ver. Luciano, quando fez a emenda, já emendou lá também. Eu gostaria de saber se algum Vereador me cede o seu tempo, porque eu não vou conseguir encerrar.

(A Ver.^a Mônica Leal assume a presidência dos trabalhos.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para discutir o PLE nº 018/17, a partir deste momento, por cedência de tempo do Ver. Mauro Pinheiro.

O SR. CASSIO TROGILDO: Obrigado, Ver. Mauro Pinheiro. Não pretendo usar todo o tempo. O exame toxicológico é uma questão nova que eu, particularmente, acho positiva. Inicialmente, quando veio, com dois exames anuais, ia dar uma sobrecarga de custo bastante elevada; acredito que um ano seja o possível e o necessário, mas precisamos também aprovar a emenda do Ver. Luciano Marcantônio lá no projeto dos aplicativos para que continuemos tendo equidade. A questão da vida útil dos veículos: a lei geral dos táxis vigente estabelece dez anos. O Executivo Municipal – e aí agora é o inverso – mandou para cá alterando para seis anos a vida útil, que é o que já está estabelecido lá nos aplicativos, e na lei que está tramitando, de alteração, não está sendo alterado isso. Então nós temos que chegar numa emenda que não existe ainda, talvez a um meio termo, Ver. Mendes Ribeiro, que possa contemplar um tempo de vida útil que seja bom para os taxistas e também seja cobrado dos aplicativos. Acho que há muitas mudanças. A questão de se poder cobrar por cartão de crédito, acho que é positiva. A tendência no mundo inteiro é diminuir a circulação de valor monetário. É lógico que há toda uma parcela da população que não tem cartão de crédito. Talvez tivéssemos que pensar, em especial com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, uma fórmula de um cartão que fosse para usuários do serviço de táxi e do serviço de aplicativos para que pudéssemos diminuir a circulação monetária. Isso também é uma questão de segurança. Novamente, o Toninho, que sabe muito bem que quem assalta táxi, quem assalta os veículos de aplicativos – e todos são trabalhadores, todos estão buscando o seu ganha-pão – estão atrás ou do veículo – o que é às vezes, no táxi, um pouco mais raro – ou dos valores monetários que estão sendo carregados. Não vejo motivos, Ver. Cláudio Janta, para que não se possa, na frota, ter veículos 1.0. Não vejo motivos para isso. A justificativa seria porque, quando se coloca GNV, perdem muita potência, mas dificilmente alguém que tem veículo 1.0 coloca GNV. Isso tem que ficar a cargo de cada um dos proprietários, se assim o quiserem.

Teremos uma longa discussão, Ver. Mauro Zacher, aliás, um longo encaminhamento em todas as emendas. Eu não vou encaminhar todas elas, mas uma ou outra que esteja dentro deste rol daquilo que entendo como mais importante das mudanças que estão sendo propostas, e voltarei aqui, em nome da bancada do PTB, para também encaminhar. Muito obrigado e um grande abraço a todos. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): Aprego e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Felipe Camozzato, solicitando a retirada de tramitação da Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLE nº 018/17.

Aprego a Subemenda nº 02, de autoria do Ver. Felipe Camozzato, à Emenda nº 01 ao PLE nº 018/17.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Felipe Camozzato, solicitando que seja votada em destaque a Subemenda nº 02 à Emenda nº 01 ao PLE nº 018/17.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 24 ao PLE nº 018/17.

Apregoo a Emenda nº 26, de autoria do Ver. Cláudio Janta, ao PLE nº 018/17.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 26 ao PLE nº 018/17.

O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para discutir o PLE nº 018/17.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; público presente, boa tarde. Eu quero dizer que vou falar neste momento porque escolhi falar poucas vezes durante a votação. Fiz questão de falar neste momento para dizer que o que vocês estão fazendo hoje – obrigado pela presença – é um momento histórico para Porto Alegre. Que bom que chegou o dia em que vamos visitar a legislação dos táxis, porque precisamos visitar essa legislação para que a gente possa ter pé de igualdade na competição no transporte de passageiros. Então, parabéns por estarem aqui se mobilizando!

É importante destacar, e acho que todo mundo tem muito presente isso, que o inimigo em todo esse processo que houve desde o início dos aplicativos aqui em Porto Alegre até hoje, quando estamos tendo essa discussão, o inimigo nunca foi o taxista ou o motorista de aplicativos; o inimigo sempre foi o Estado e seu excesso de regras que engessavam o serviço de quem estava prestando um transporte de qualidade para o município de Porto Alegre. Hoje o taxista tem uma série de regras e aí vocês sabem muito melhor do que eu o quanto isso amarra e dificulta para que vocês possam competir em pé de igualdade com os aplicativos e com os demais modais de transporte que podem surgir com as novas tecnologias. E é por isso que esta discussão se torna histórica, é uma discussão que vai valer pelos próximos cinco, dez, quinze anos, é uma discussão diante de um tempo de soltar amarras, de dar mais liberdade para que as pessoas possam trabalhar. A competição beneficia a todos, especialmente a população. Então, ela precisa ser feita em pé de igualdade. Hoje, nós precisamos falar aqui, portanto, de dar mais liberdade para que taxistas possam competir com igualdade com os aplicativos de transporte, e conseguiram já, ao longo dos últimos tempos, melhorar em muito os seus serviços, mesmo diante dos excessos de regras que impedem que se melhore ainda mais. A gente sabe sobre as exigências que há sobre as diversas regras, multas, exames, vistorias, pontos fixos e não pontos fixos, GPS que não funciona, enfim, e outras tantas coisas que acabam reduzindo a renda do taxista e direcionando esse recurso para o caixa da Prefeitura, e, muitas vezes, da EPTC. Isso precisa ter fim, isso precisa ter fim!

Então, é importante saber que toda regra que nós, colegas, votarmos hoje, aqui, vai implicar mais uma burocracia, vai implicar mais um custo, que ou o passageiro vai pagar, ou o taxista que vai pagar. Que tenhamos em mente que precisamos votar

aqui o menor número possível de regras para que o dinheiro ganho pelo taxista com o transporte de passageiros fique, em seu maior volume possível, no bolso dos taxistas e não no caixa da Prefeitura ou no bolso dos fornecedores de GPS, ou do fornecedor de taxímetro, ou nos vistoriadores ou nos laboratórios. Que sejamos, então, legisladores pela liberdade para se trabalhar com responsabilidade, porque a gente não pode punir o bom taxista, aquele que faz um bom trabalho, que não utiliza nenhum tipo de produto tóxico, que tem suas revisões em dia, que tem um veículo em condições, que ele tenha que fazer uma série de gastos para se adequar a uma série de burocracias que limitem a sua renda. Precisamos dar mais liberdade, mas precisamos garantir que o regramento seja mínimo e proporcione melhor serviço para toda a população e menos custo para o passageiro de Porto Alegre, o maior interessado em todo esse debate. Muito obrigado pela atenção e que tenhamos uma ótima votação.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLE nº 018/17.

O SR. AIRTO FERRONATO: Minha cara Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores, em primeiro lugar, nosso abraço a todos e a todas. Eu tenho 29 anos de Câmara. Assumi pela primeira vez em 1989 e é a primeira vez que eu aqui vou fazer uma enquete, aplausos e vaias, eu acho que é a solução que se tem aí. E vou mais ou menos seguir a ideia do Ver. Camozzato, é muito regra, muita burocracia e custo demais.

Por isso eu vou fazer uma pequena observação, vamos ao auxiliar do serviço de táxi. Hoje a regra diz que o auxiliar pode dirigir tão somente, apenas, três veículos. Se eu estiver errado, vocês me corrijam. E, para dirigir esses três veículos, ele precisa ir lá na EPTC e fazer seu cadastro, seu registro, assim como o titular do táxi também faz. Portanto eu estou aqui com uma proposta de emenda que iria apresentar, só que não apresentei, porque não sei que posição se tem – vocês – e também não tenho mais possibilidade de apresentar, porque já apresentei as duas que são possíveis hoje. Mas ela basicamente diz aquilo que eu disse numa emenda que apresentei: retira a identificação biométrica do motorista e coloca uma identificação eletrônica. Eu acredito que nesses momentos de crise não há necessidade de encarecer demais o processo com uma biométrica.

E diz o seguinte, que o veículo que tenha essa identificação eletrônica, os auxiliares podem dirigir todos os veículos da frota, desde que ele chegue lá com a sua identificação, coloca no táxi, o nosso sistema EPTC vai saber quem é o titular do táxi e vai saber quem está dirigindo instantaneamente, sem a necessidade de a cada três meses, ir lá na EPTC mudar o auxiliar. Se fizermos isso, permitimos a todo táxi, não precisa ir lá na EPTC se já está inscrito, e não precisa ir lá na EPTC se temos um sistema interno no táxi que viabiliza a identificação no táxi e a identificação direta para

a EPTC. Portanto a minha proposta é essa, não sei o que os senhores acham dessa ideia. Vamos aguardar para ver se encaminhamos ou não. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal):O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para discutir o PLE nº 018/17.

O SR. MAURO ZACHER: Esta Casa cheia sempre é um bom momento para os bons debates, e eu, de maneira muito especial, aguardava essa oportunidade para que pudesse aqui reconhecer e retribuir, e, num esforço coletivo, a gente poder avançar e qualificar o negócio de vocês, o sistema de transporte, os nossos táxis de Porto Alegre, e ao longo da história de muitos homens e mulheres fizeram um sistema de transporte sempre muito qualificado. No entanto, chegam as inovações, e não é um efeito só de Porto Alegre, chegaram os aplicativos, assim como outros mercados também sofreram alterações pela inovação. E eu poderia citar aqui tantos, como é o caso da Netflix, da Kodak e outras tantas, e nós poderíamos referenciar isso como inovações disruptivas, que tem não só alterado, mas criado novos mercados. Evidentemente, tive aqui a contrariedade, mas sempre um respeito muito franco com a classe de vocês, quando votei favoravelmente à legislação inicial que reconhecia, legislava e regulamentava os aplicativos. No entanto, nós sempre tivemos o reconhecimento de que nós deveríamos dar a contrapartida e o apoio necessário para que nós pudéssemos oferecer aos nossos taxistas, nossos táxis, a oportunidade de remodelar, renovar e poder criar novos mercados e também atrair novos públicos para que usassem o sistema. Quero aqui dizer de público que estou aqui acompanhando as emendas que ainda estão entrando, para que nós possamos acertar e tentar aprovar aquelas que realmente possam qualificar o projeto que veio do Executivo, e que tenhamos aqui como objetivo principal oferecer ao sistema condições de competitividade, de remodelação, de reconstrução do seu negócio, para reconquistar a confiança da população. E é importante que saibamos disso e reconheçamos que não é por acaso que surgem novos modelos, mas que nós possamos fazer isso. E este debate aqui na Casa é justamente o que nós buscamos. Eu quero aqui me somar para que nós construamos e aproveamos emendas; que possamos garantir que essa legislação traga, embora não sejam tantas mudanças assim, mas que nós possamos garantir que vocês possam remodelar as suas frotas, que vocês possam reconquistar a confiança da população e garantir que o serviço de táxi seja de melhor qualidade e que novamente torne a ser referência como já foi num passado muito recente. Então, eu quero aqui, iniciando a minha fala de hoje, dizer que a Bancada do PDT está aqui aberta para ainda escutá-los, para que nós possamos aqui discutir emendas e subemendas que possam qualificar o projeto que já foi apresentado pelo Executivo. Então, contem conosco, porque há da minha parte um compromisso, porque fui veemente aqui na aprovação daquela legislação, em que havia contrariedade pela chegada dos aplicativos, mas com o compromisso de que – quando o Executivo trouxesse a esta Casa uma legislação que pudesse atender as demandas de vocês – eu iria votar e me empenhar

para poder aprovar todas aquelas que possam qualificar o sistema de táxi em Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. André Carús está com a palavra para discutir o PLE nº 018/17.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público aqui presente, os que nos assistem pela TVCâmara e também pelos nossos meios digitais, não é à toa que nós estamos retomando uma discussão sobre os modais de transporte da Cidade a partir da revisão da lei geral dos táxis. O táxi talvez tenha sido, com os avanços tecnológicos e as mudanças que o sistema mesmo trouxe nos últimos anos, o que mais sofreu no que diz respeito à geração de renda daqueles que vivem dessa atividade. Muito dessa perda de renda também se deve aos entraves trazidos pela legislação existente, e os entraves que muitas vezes repercutem na burocracia e no que o taxista tem que colocar a mão no bolso para regularizar a sua atividade. Não pode a Câmara Municipal, ao revisar a lei existente, trazer ainda mais despesa para um setor que já é penalizado. Este é um ponto.

O segundo ponto: nós temos que, a partir dessa revisão da Lei dos Táxis, trabalhar pela integração do sistema em seu todo. Não é à toa que já passam de 30 emendas protocoladas, é porque os Vereadores aqui, sejam eles do Governo, sejam da oposição ou sejam independentes, como é o meu caso, estão buscando consensos mínimos para favorecer a prestação de um melhor serviço nos táxis em Porto Alegre, um melhor serviço nas condições dos veículos que trafegam, na segurança para o motorista e também para o passageiro, para o cidadão que acessa o serviço dos táxis. Vamos terminar de revisar a lei geral dos táxis e vamos entrar na discussão dos aplicativos, porque tem que existir concorrência igual – livre, mas igual – na cobrança e na prestação de serviço. Muitas vezes o próprio cidadão, que é usuário tanto dos táxis como dos aplicativos, nos questiona por que o táxi é mais caro e, na visão dessas pessoas, presta um serviço menos adequado do que os aplicativos. Agora nós estamos tendo a oportunidade de discutir no local adequado, que é o Parlamento, que representa a média do pensamento da sociedade porto-alegrense. Aqui estão 36 pessoas que foram eleitas por vocês, e, mesmo vocês não tendo votado em algum dos 36 que estão aqui, participaram das eleições, participaram do processo democrático, e nós estamos aqui com a responsabilidade de definir um novo futuro para o sistema de táxi em Porto Alegre. É uma discussão exaustiva, gera uma ansiedade em vocês, nos familiares de vocês, que se mantêm graças ao trabalho que vocês executam no dia a dia.

Claro que nós não vamos retardar esta votação. Tomara que ela seja encerrada hoje – pelo número de emendas, não acredito que seja –, ou, se não, que seja encerrada nesta semana; e que nós possamos enfrentar e conviver com um serviço cada vez melhor. Não adianta nós fazermos com que táxis e aplicativos sejam adversários, eles têm que estar em pé de igualdade – como bem disse aqui o meu colega Ver. Felipe

Camozzato –, e o projeto traz essa possibilidade. É um projeto do Executivo; todos conhecem as divergências e críticas que exerço frente ao Executivo, mas foi este projeto que permitiu que tantas emendas fossem apresentadas.

Eu, que conversava há pouco a respeito disso com o Ver. Cláudio Janta, vou aqui tocar num ponto: para que nós possamos avançar e consolidar a igualdade no transporte individual de passageiros, nós também temos que mudar o regime que concede essa condição ao motorista. Nós vamos ter o debate específico da autorização versus a permissão. Vamos enfrentar isso! Se nós não consolidarmos a autorização, não terá igualdade, continuará desigual, continuará uma guerra de preços – nada mais é do que isso –, continuarão muitas famílias, motoristas e taxistas perdendo renda. A base da consolidação dessa igualdade está na substituição da permissão pela autorização. Teremos mais táxis circulando, teremos mais pessoas trabalhando, teremos mais pessoas gerando renda, mais a nossa economia ganha. Então eu acho que a base desta discussão está aí, e nós precisamos enfrentá-la no momento adequado. Estamos discutindo agora o projeto, e a emenda que trata desse assunto será aqui debatida. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLE nº 018/17.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Uma boa tarde a todos e a todas. Este é o momento da discussão geral do projeto, depois entraremos em cada uma das emendas. Eu, assim como outros Vereadores, não utilizarei todos os espaços para fazer a fala, é um comentário, porque seria impossível se os 36 resolvessem falar sobre cada uma das emendas.

Mas eu subi aqui, primeiro, para dizer que nós vimos na semana passada momentos de política com agressões, com ódio – foi falado aqui no início da tarde. Eu, na verdade, fiquei um pouco incomodado – Ver.^a Mônica Leal, que preside esta Sessão – com esses profissionais que estão na Casa, de preto, virados para os taxistas e motoristas, fazendo a segurança da Casa – e falo com todo respeito a esses profissionais. Sinceramente, acho que não seria necessário termos seguranças de forma tão ostensiva, como estão colocados aqui no plenário. Parece-me que temos uma tarde onde pessoas da plateia podem se exaltar, discordar com as falas dos Vereadores, mas não seria o caso de ter seguranças aqui, porque me parece que há um bom consenso no plenário. Acho que há uma tendência aqui de muitos Vereadores de apoiar, facilitar, desburocratizar tudo o que se refere ao transporte através do táxi.

Então, Presidente Mônica – não sei se isso foi fruto de uma decisão da Mesa Diretora, ou se foi do próprio Presidente Valter –, pediria que tais seguranças ficassem em outro lugar da Casa, porque me parecem desnecessários, ou não dessa forma, parecendo vigiar os motoristas e taxistas que estão aqui, como se fossem pessoas perigosas que pudessem fazer algum tipo de agressão aos Vereadores. Então, fica o meu

pedido. E não quero tomar os cinco minutos, porque temos mais de 25 emendas – agora já são 27 –, peço para que não fiquemos aqui até a meia-noite. Talvez daqui a uma hora, uma hora e meia a gente consiga encerrar a votação das quase 30 emendas que temos para votar. Obrigado pela compreensão, que bom que vocês vieram a esta Casa, conheceram mais o Parlamento. E vamos agilizar para se ter um final de tarde produtivo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para discutir o PLE nº 018/17.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Obrigado, Presidente. Vereadoras e Vereadores, eu não poderia deixar de vir aqui e dar um abraço a todos os taxistas da grande Porto Alegre e de Porto Alegre. Eu não apresentei nenhuma emenda, mas todas as emendas que forem boas para vocês, para o povo de Porto Alegre, votarei “sim”. Eu presenciei uma coisa maravilhosa, é a terceira vez que acontece comigo. Viajando para São Paulo, em dezembro, pedi um táxi às 5h da manhã. O rapaz do táxi da Rua da Praia – eu moro ali – não me conhecia. Chegou, abriu a porta, colocou a minha mala e a da minha mulher no porta-malas. E, antes de arrancar, ele me disse, Ver. Oliboni: “Tu usas óculos? Estão na bolsa? Desligaste o gás? Desligaste a luz? Os documentos estão no bolso? A passagem?” Que maravilha. Isso se chama primeiro mundo! Então, por isso eu estou com vocês. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Cassio Trogildo, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 25 ao PLE nº 018/17.

Apregoo Subemenda nº 01, de autoria do Ver. Moisés Barboza, à Emenda nº 06 ao PLE nº 018/17.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Moisés Barboza, solicitando que seja votada em destaque a Subemenda nº 01 à Emenda nº 06 ao PLE nº 018/17.

Apregoo a Emenda nº 27, de autoria do Ver. Airto Ferronato e do Ver. Mauro Zacher, ao PLE nº 018/17.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Airto Ferronato, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 27 ao PLE nº 018/17.

Em votação a Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 018/17. (Pausa.) O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada ao PLE nº 018/17, como autor.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: Como já falei aqui anteriormente, não vou utilizar meus cinco minutos. O projeto que veio do Executivo propunha que o exame toxicológico ocorresse a cada seis meses. Eu compreendi, me reuni com o sindicato, com os colegas Vereadores e achei melhor, pela questão do custo, pela questão da dinâmica do processo, pela questão de logística, mas principalmente pelo custo para os taxistas, que seria melhor fazer uma emenda propondo o exame toxicológico apenas uma vez ao ano, em vez do que foi proposto pelo projeto do Município de ser a cada seis meses. O Prefeito concordou, e está aí a orientação do voto do Executivo para que essa emenda seja aprovada. Muitos falam do custo. Hoje, em Porto Alegre, na Av. Azenha, esse exame é feito por R\$ 200,00. Tem vários laboratórios que fazem no Brasil inteiro. Esse exame, como eu disse, os caminhoneiros do Brasil já têm obrigação de fazer. Naturalmente, todos vão passar a fazer esse exame por força da lei. É uma garantia para valorizar o trabalho do permissionário, do taxista. É uma garantia também que a sociedade tem de usar um táxi com mais segurança. Eu acho que todos deveriam fazer esse exame. Nós, também, motoristas que não utilizam o veículo para gerar renda, todo mundo deveria fazer esse exame, eu acho extremamente saudável. Tem propostas de outros Vereadores. Tem uma subemenda que é para o exame ser feito sob denúncia, que, se votada, derrota a minha emenda. Quando tiver a votação dessa subemenda, eu vou vir aqui para fazer o contraponto. Eu acho muito importante neste momento, quando nós queremos dar uma cara nova para os taxistas de Porto Alegre, buscando modernizar o máximo esse serviço tão importante, em que vocês trabalham com tanta garra, com tanto esforço, no dia a dia, transportando o cidadão de Porto Alegre. Eu acho extremamente importante que esse exame toxicológico seja aprovado.

Eu peço aos 36 Vereadores desta Casa o apoio a essa emenda, que vai tirar muito daquele preconceito maldoso, daquele preconceito sujo que existe, que é totalmente fora da realidade de que não se sabe quem está conduzindo o táxi, se essa pessoa tem problemas de alcoolismo, isso ou aquilo, o que não é verdade, mas vai tirar também essa pecha que, infelizmente, recai sobre os taxistas e os motoristas de aplicativos. Por isso a mesma emenda que eu fiz para os nossos amigos taxistas, eu fiz também no projeto dos aplicativos. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 018/17.

O SR. CASSIO TROGILDO: Boa tarde, Ver.^a Mônica Leal, na presidência dos trabalhos, neste momento; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, chegamos, então, no momento dos encaminhamentos, Ver. Moisés Barboza, Líder do Governo.

Aqui, cada bancada poderá encaminhar cada uma das emendas. Eu fiz questão de encaminhar a Emenda nº 01, em nome da bancada do PTB, composta pelos

Vereadores Paulo Brum, Dr. Goulart, Luciano Marcantônio e este Vereador, e também em nome do Ver. Luciano Marcantônio, que é o autor da emenda e que já veio aqui defendê-la. O que é importante frisar nesta emenda, como bem colocou aqui o Ver. João Bosco Vaz, quando a discutiu: o projeto, originalmente, veio para esta Casa prevendo dois exames toxicológicos anuais, ou seja, de seis em seis meses. Com todo o período de tramitação na Casa, com audiências públicas, Ver. Ricardo Gomes, com a discussão com os taxistas – eu não estou dizendo aqui que haja consenso –, nós entendemos, Vereadores Alvoní Medida e Paulinho Motorista, que é razoável que se tenha a aprovação de, anualmente, um exame toxicológico, que vai custar aí em torno de R\$ 300,00, R\$ 380,00. É o que se tem, notícia de mercado, do valor de exame. E como eu falei aqui no período de discussão, quando tratei do conjunto do projeto e das emendas, nós temos também o compromisso de ter a mesma obrigatoriedade no projeto de lei dos aplicativos que está tramitando nesta Casa. E, tão logo, nós encerramos a votação da operação da Lei Geral dos Táxis, enfrentaremos novamente as alterações no projeto dos aplicativos.

E também é do Ver. Luciano Marcantônio uma emenda que coloca lá no projeto, que está alterando a lei dos aplicativos, a mesma obrigatoriedade. Eu acredito que não haja encaminhamento da subemenda de autoria do Ver. Camozzato, porque descaracteriza a emenda. Então, respeitosamente, Ver. Felipe Camozzato, a sua subemenda tem o mesmo teor da emenda do Ver. Ferronato, a Emenda nº 11, e com a aprovação da Emenda nº 01, a sua estaria prejudicada. V. Exa. colocou na Subemenda à Emenda nº 01 a possibilidade de exame toxicológico apenas sob denúncia. Não cumpre o papel que nós todos queremos: que haja um controle efetivo daqueles que estão dirigindo os nossos táxis e daqueles também que vão dirigir e estão dirigindo nas plataformas dos aplicativos. Como disse também o Ver. Luciano Marcantônio, tem a mesma emenda lá no projeto que altera a lei das plataformas. Então já aproveito para, em nome da bancada do PTB, encaminhar pela aprovação da Emenda nº 01, de autoria do Ver. Luciano Marcantônio, Vice-Líder do Governo, que passa do original do projeto do Governo de seis meses para doze meses, o que nos parece bastante razoável e, logicamente, contrário à subemenda à Emenda nº 01, de forma muito respeitosa, de autoria do Ver. Felipe Camozzato, que tornaria isso quase que uma questão opcional: apenas em havendo a constatação de alguma infração ou de alguma denúncia para ser feito esse encaminhamento.

Isso já é bastante comum em outras atividades em que o trabalhador esteja à direção, como na questão dos caminhões. Parece-me que com a introdução do exame toxicológico dos motoristas de caminhão muito se reduziu o número de acidentes nas estradas pelo País inteiro, e nós queremos que essa aprovação possa, sim, contribuir para que se tenha mais segurança no serviço de táxi e também no serviço dos aplicativos, para que sejamos um exemplo para o País inteiro. Muito obrigado e um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 018/17.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sra. Presidente; colegas Vereadores; taxistas que nos assistem, que nos acompanham; público em geral, está surgindo um acordo no plenário com os profissionais do táxi. Hoje para todas categorias de transporte é exigido o exame; também não é cabível que esse exame seja feito semestralmente ou trimestralmente. O Sistema Nacional de Transporte tem contribuído com outras categorias na questão do exame toxicológico. Volto a afirmar o que disse aqui no início: as bancadas do PTB, do PMDB, os blocos independentes, juntamente com a oposição, estão acordando que todo o sistema de transporte de Porto Alegre tem que ter esse exame, porque lida com vidas, com pessoas, e nós vamos acabar com uma lenda urbana no sistema de transporte de Porto Alegre. Como já dissemos aqui no início, várias bancadas se manifestaram, nós queremos, de fato, nesta Casa, transformar o sistema de táxis em Porto Alegre no melhor do Brasil; nós queremos transformar o sistema de transporte em Porto Alegre no melhor do Brasil, mas não é sobretaxando ninguém, não é obrigando as pessoas a tirar recursos de seu ganho para sustentar a Prefeitura Municipal de Porto Alegre! Então, as entidades de taxistas estão dialogando, conversando com as lideranças desta Casa; com certeza nós vamos alcançar um bem comum para o sistema de transporte de Porto Alegre. O nosso maior interesse aqui, além de garantir a sustentabilidade dos taxistas, dos senhores e das senhoras, que há décadas trabalham nesta Cidade, é garantir o bem-estar da população de Porto Alegre, seja nos táxis, seja nos aplicativos, seja nos ônibus, nas lotações, nos transportes escolares, nas barcas, nas bicicletas - seja no sistema de transporte que vier, que dependa da regulamentação desta Casa, o bem-estar da população está em primeiro lugar. E os senhores e as senhoras compreendem muito bem isso, porque dedicaram as suas vidas a carregarem a população de Porto Alegre. Muitos dos seus carros fizeram parte desta Cidade, muitos dos seus carros não viram se a pessoa estava sangrando ou se estava com dificuldade de locomoção, pois nunca se negaram a carregar um passageiro na cidade de Porto Alegre. Volto a dizer: não serão os senhores que vão ser punidos e sobretaxados pelas dificuldades que passa o Município de Porto Alegre. Não será através dos senhores que nós vamos resolver os problemas financeiros de Porto Alegre. Nós queremos um sistema de transporte eficiente, nós queremos um sistema de transporte que ajude e integre o restante do sistema de transporte de Porto Alegre.

Então vocês podem ter certeza de que todas as emendas que vierem para melhorar e aperfeiçoar esse sistema de transporte serão discutidas e debatidas, principalmente com os senhores, nesta tarde e no tempo que for necessário. Mas daqui sairá uma lei que permitirá que os senhores trabalhem com tranquilidade, que os senhores trabalhem muito mais tranquilos e com a certeza que estarão levando sustento para as suas famílias. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 018/17.

(O Ver. Valter Nagelstein reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. AIRTO FERRONATO: Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; senhoras e senhores, se esta Emenda nº 01 for aprovada, vai prejudicar a Emenda nº 11, de minha autoria; e a Emenda nº 01 propõe que se faça exame toxicológico uma vez por ano. E a minha Emenda nº 11 diz que esse laudo será apresentado se houver denúncia. E do que nós estamos aqui tratando? Da busca de modernização no sistema do serviço de táxi, meu querido Ver. Pujol...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Ver. Ferronato, só um minuto, eu vou garantir o seu tempo. Senhores, por favor! Senhores nas galerias, por gentileza, nós temos um Vereador na tribuna, e, de fato, eu vejo que está muito difícil desenvolver um raciocínio. Desculpa o amigo, mas não é falar mais alto, é que quando um está falando a gente tem que respeitar. Então, eu peço, por uma questão de educação, que a gente só espere o Vereador concluir. Eu agradeço muito pela atenção dos senhores. Ver. Ferronato, o tempo é seu.

O SR. AIRTO FERRONATO: Obrigado. A Emenda nº 01 passa para 12 meses o exame toxicológico; se aprovada, ela prejudica a minha emenda, que é a Emenda nº 11, que diz que o exame toxicológico será feito quando houver denúncia. Por quê? Porque nós estamos buscando o aprimoramento do sistema, mas, antes de qualquer coisa, nós estamos aqui buscando melhorar a competitividade do sistema sem prejudicar a qualidade do serviço. E eu acredito que nos dias atuais, hoje, neste momento, nós podemos estabelecer essa proposta na Emenda nº 11 – faz quando houver denúncia; no futuro, nós vamos pensar em outra possibilidade se assim for necessário. Portanto hoje, meu caro Ver. Marcantônio, eu voto contrariamente à Emenda nº 01, porque eu vou votar favoravelmente à Emenda nº 11. É isso, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 018/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 27 votos **SIM** e 01 voto **NÃO**. Fica prejudicada a Emenda nº 11.

Em votação a Subemenda nº 02, destacada, à Emenda nº 01 ao PLE nº 018/17. (Pausa.) O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação da Subemenda nº 02, destacada, à Emenda nº 01 ao PLE nº 018/17.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Obrigado, Presidente. Boa tarde, Colegas. Para explicar, então, do que se trata a Subemenda nº 02. Basicamente, ela trata da presunção da inocência, premissa constitucional. A gente não pode imputar ao bom motorista, que nunca usou nenhum tipo de drogas, que não usa nenhum tipo de drogas, que ele tenha que se submeter ao exame toxicológico todos os anos, gastando R\$ 300,00 por ano. Não tem necessidade, ou seja, só é cobrado o exame toxicológico – é isto o que a subemenda diz – se houver suspeição ou denúncia, e aí a EPTC faz o requerimento desse toxicológico limitado a dois exames por ano. (Palmas.) A ideia é justamente não punir o bom motorista pelo comportamento daqueles que são ruins, e permitir que aqueles que são ruins possam ser fiscalizados pelo Poder Público. (Palmas.) Por isso, requeiro aos colegas que possam dar seu voto de confiança a esta emenda, estou à disposição para esclarecer eventuais dúvidas do plenário enquanto nós debatemos a matéria. Muito obrigado a todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação da Subemenda nº 02, destacada, à Emenda nº 01 ao PLE nº 018/17.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu abri mão de me manifestar anteriormente porque achei que era mais conveniente assim o fazer, na medida em que percebi que a grande maioria da Casa, como mais tarde ficou comprovado, se inclinava por votar favoravelmente à emenda do Ver. Luciano Marcantônio. Na oportunidade, eu pretendia gizar as circunstâncias de que, sendo o Ver. Luciano Marcantônio Vice-Líder do Governo, ele propunha uma emenda no sentido de alterar a proposta original, o que era prova concreta de que o Governo admite que não é dono da verdade e de que certamente, em alguns casos, a Casa terá que modificar a sua proposta originária. De certa forma, é o que ocorre agora com relação à proposta que estamos verificando: é bem elaborada, é inteligente, atende os objetivos e consagra algo que, no momento histórico-brasileiro, está sendo muito discutido, a famosa presunção de inocência, que, desde o direito romano, tem precedido o direito ocidental. Por isso, vamos, sem mais delongas, aprovar esta proposição. Após, a sugestão que eu pretendia apresentar, Sr. Presidente, e que agora o faço: hoje a Casa recebeu várias emendas nobres, que precisam ser mais bem entendidas, melhor debatidas, melhor esclarecidas. Acho que já temos uma prova mais do que consistente de que estamos dispostos a enfrentar esse *affair* na vida desta cidade de Porto Alegre com objetividade e brevidade. Isso não impõe uma pressa demasiada para nós. Sugiro, Sr. Presidente, aprovada a emenda do Ver. Camozzato, que nós façamos uma suspensão dos trabalhos para que possamos, posteriormente, já debatendo as outras emendas, poder construir soluções pacificadas como as que estamos construindo no dia de hoje. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra para encaminhar a votação da Subemenda nº 02, destacada, à Emenda nº 01 ao PLE nº 018/17.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: Boa tarde, pessoal. Claro que é muito mais popular a subemenda, porque ela não obriga o taxista ou o permissionário a fazerem um exame anualmente, porque hoje o custo, no mercado, é de R\$ 200,00. A subemenda, se for aprovada, derruba a minha emenda. Com todo o respeito ao Ver. Felipe, que tem uma atuação forte e combativa aqui na Câmara, esta sua subemenda vai manter as coisas como estão. Ou seja, se houver denúncia, tem que apresentar o laudo. Mas isso é perigoso para os irmãos taxistas que estão aqui, porque pode haver perseguição, pode haver várias denúncias durante o ano. Eu acho muito perigoso. Se nós estamos buscando regulamentar, deixar claras as coisas, com transparência, conquistando mais e mais respeito junto à sociedade, valorizando o motorista de táxi... Se vocês compreenderem, Vereadores, que um exame toxicológico, anualmente, vai ao encontro disso que estou falando, eu peço, gentilmente, que não votem na subemenda. A orientação é não votar na subemenda, porque acaba com essa proposta que veio, de seis meses, do Governo. Houve uma construção, passou para um ano, que é o que garante mesmo que houve uma evolução. Eu tenho muito medo de questão de denúncias. Eu acho que isso não vai levar a nada e vai levar só a desgaste, mais ainda, entre taxistas e a EPTC. Não vai funcionar. Então, nós temos a chance de progredir, modernizar, qualificar e conquistar mais apoio da sociedade votando contra esta subemenda. Eu peço para que vocês votem “não” a esta subemenda. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação da Subemenda nº 02, destacada, à Emenda nº 01 ao PLE nº 018/17.

O SR. AIRTO FERRONATO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, esta Subemenda nº 02 é exatamente a redação da Emenda nº 11 de minha autoria, com um agregado no final, e, a bem da verdade, nós havíamos conversado antes de o Ver. Camozzato apresentar a Emenda, que, em tese, diz que vamos fazer exames toxicológicos quando houver denúncia. Portanto, em sendo uma emenda que tem o mesmo teor e a mesma proposta do que nós apresentamos na Emenda nº 11, prejudicada, vamos votar favoravelmente à Subemenda nº 02. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação da Subemenda nº 02, destacada, à Emenda nº 01 ao PLE 018/17.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu quero ser rápida no encaminhamento, mas eu acho que é um encaminhamento importante. Em primeiro lugar, concordo com o argumento dos Vereadores Felipe e Ferronato, que esta obrigatoriedade fere a presunção da inocência, coloca uma suspeição sobre o conjunto dos taxistas da cidade de Porto Alegre. Mais do que isso: qualquer um que esteja sob suspeita de consumir substâncias psicoativas ilegais ou legais em horário de trabalho pode ser denunciado e pode ser obrigado, no caso de bebidas alcoólicas, a fazer o bafômetro ou o toxicológico. O problema é que nós, aqui, não estamos falando só de R\$ 200,00. Nós estamos falando de R\$ 200,00 para o toxicológico obrigatório para todo mundo; nós estamos falando do TGO obrigatório para todos os motoristas; nós estamos falando da taxa de fiscalização, que quem tem com GNV paga com GNV, e também paga se não tem GNV. Então, é um conjunto de taxações num momento de recessão, de crise e também de concorrência desleal, que, é óbvio, tem levado as pessoas a falir. Basta conversar com os taxistas. Eu conversei muito com os taxistas - eu pego muito táxi, como pego também aplicativos. Então, eu acho que se a ideia é punir maus motoristas que consomem substâncias e dirigem o táxi, a suspeita pode se transformar numa denúncia, e a EPTC obrigar aquele motorista a levar. Agora, pressupor que todo mundo é mau motorista, não conhecer a frota de Porto Alegre, desrespeitar a ampla maioria, que muito longe de consumir substâncias legais ou ilegais e dirigir, trabalha bem em condições precárias, e, ao mesmo tempo, colocar uma nova taxação? Não vejo sentido. Nós vamos votar a favor da Emenda. O Ver. Prof. Alex Fraga, o Ver Roberto Robaina e esta Vereadora votaremos a favor, porque achamos que é preciso ter a presunção da inocência e em caso de suspeita, sim, exigir o exame.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para encaminhar a votação da Subemenda nº 02, destacada, à Emenda nº 01 ao PLE nº 018/17.

O SR. CASSIO TROGILDO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, volto a esta tribuna para encaminhar a votação da Subemenda. Acho importante, aqui, primeiro – peço um segundo de atenção principalmente dos taxistas que aqui se encontram –, para salientar que se não tiver exame toxicológico para os taxistas de doze em doze meses, não vai ter para as plataformas também. Então, tem emenda que é tipo quero-quero, com todo o respeito. Faz-se um projeto para garantir que não se tenha outro. Dizer que é presunção de inocência – por favor, gente! Então, não pode ter também exame de bafômetro, porque há presunção de inocência de todas as pessoas que estão dirigindo! E o bafômetro é um exame que não pega tudo, vocês sabem muito bem! Sabem o que é pior do que punir o bom motorista pelo mau, conforme foi dito aqui? É não se ter segurança, e as pessoas não quererem utilizar o serviço de táxi. Essa é a pior punição que pode ter para vocês! (Palmas.) Esse

instrumento vem para qualificar o serviço, Ver. André Carús, e a subemenda está desmontando, Ver. Airto Ferronato, que tinha uma emenda semelhante, a nº 11, o que foi aprovado, Ver. Idenir Cecchim, recentemente. É regimental, faz parte, mas não vamos nos iludir. A não aprovação desse sistema mantém tudo como está. Hoje nós temos dificuldade no serviço! A ideia é que com esse exame anual se tenha uma qualificação desse serviço, Ver. Dr. Goulart. E mais uma vez volto a dizer: a pior punição é as pessoas não utilizarem o serviço, achando que pode haver uma eventual utilização de algum produto não lícito por quem está na direção. Então, muito antes pelo contrário, aquele que não deve, não teme. Eu, por exemplo, dirijo com tranquilidade, pode a EPTC me parar, fazer bafômetro a qualquer momento, porque não vou ter esse problema. Se eventualmente consumo comedidamente uma bebida alcoólica, Ver. Roberto Robaina, não dirijo. E assim deve ser o caminhoneiro, assim devem ser os motoristas dos aplicativos, como disse o Ver. Luciano Marcantônio, que não propôs essa emenda aqui solta. No mesmo momento em que propôs a emenda a este projeto, propôs também no projeto dos aplicativos, para que haja equidade. E acho que nós precisamos dar uma demonstração que todos queremos qualificar o transporte individual de passageiro como um todo, na questão da segurança, na questão do rigor toxicológico, e essa subemenda vai descaracterizar o que havíamos aprovado. Então encaminho em nome da bancada do Partido Trabalhista Brasileiro, em nome dos Vereadores Paulo Brum, Dr. Goulart, Luciano Marcantônio, pedindo para que os nossos pares possam nos acompanhar, para que nós possamos manter aquilo que aprovamos agora há pouco. Muito obrigado. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação da Subemenda nº 02, destacada, à Emenda nº 01 ao PLE nº 018/17.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, colegas Vereadores, estava conversando agora com a bancada do PT e outros colegas, e quero falar com os taxistas. Ver. Felipe Camozzato, sei muito bem a sua intenção, ela é nobre, só que a realidade é outra. Estava falando com os colegas que estavam ali em volta sobre o dia a dia dos taxistas. Daqui a pouco, o taxista dá uma fechada em outro carro no trânsito, eu pego o prefixo e faço a denúncia. Lá se foram duzentos! Daqui a pouco, a namorada de um taxista ou namorado, briga com ele, e lá vai a denúncia. Já se foram mais duzentos! Fez o exame do cabelo, não fez o exame de sangue e já foi quatrocentos no ano. E é assim a vida! Teve taxista que ficou dois anos sem o carteirairo por uma denúncia de assédio e depois foi provado que a denúncia não era válida, era uma vingança. A denúncia é muito relativa. É preferível ter uma coisa certa, anualmente, a se ter uma coisa que fica na mão do povo, pois o povo, de vez em quando, é ingrato e judia de quem está o dia inteiro rodando de carro para fazer o seu salário. (Palmas.) Eu acho que é muito poder para a denúncia. Eu entendi o que o senhor queria, acho que realmente, como tudo neste

Brasil, estamos punindo as pessoas de bem, mas deixar nas mãos das pessoas a denúncia, não acho bom. Esta categoria vem sofrendo muito com as denúncias. Vários taxistas ficaram sem o carteirão por três, quatro, cinco meses, um ano, e por denúncias incabíveis, denúncias, que depois de um processo na EPTC, foram provadas e o profissional inocentado, só que esse profissional ficou um bom período sem poder exercer a sua profissão, teve que fazer bico em outras coisas para depois ser absolvido num processo, que é demorado e lento. Imagina ter que fazer o exame e o exame é pago. Então, acho que é preferível fazer o exame uma vez por ano, e todas as categorias vão fazer também – plataformas, ônibus, lotações –, e tirar da praça aqueles que realmente não são bons profissionais. Seria isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. Cláudio Janta.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Subemenda nº 02, destacada, à Emenda nº 01 ao PLE nº 018/17. (Pausa.) (Após apuração nominal.) **REJEITADA** por 08 votos **SIM** e 20 votos **NÃO**. Ficam prejudicadas as Emendas nº 02 e nº 03.

O SR. MAURO PINHEIRO (Requerimento): Presidente, tendo em vista o grande número de emendas que foram protocoladas no dia de hoje, nós, conversando tanto com o Ver. Moisés, Líder do Governo, como com o Ver. Aldacir Oliboni, Líder da oposição, chegamos à conclusão de que seria importante darmos uma parada para reorganizarmos as emendas. Inclusive, conversamos com os representantes dos taxistas, para que possamos chegar ao máximo possível de consenso e aprovar um bom projeto. Então, Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sem prejuízo à verificação, apenas peça avaliação para não dar como superada a Emenda nº 03, do Ver. Adeli Sell. A intenção dele é retirar a vedação do carro 1.0. Portanto, nós queremos manter a possibilidade do carro 1.0 com essa emenda. V. Exa. anunciou como prejudicada, mas, não; nós gostaríamos de votá-la para permitir o carro popular.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Vereadora. Então, está suspensa a prejudicialidade, por uma medida liminar, a DL vai verificar, até para que não haja prejuízo.

O SR. MAURO PINHEIRO: Presidente, justamente por isso que nós estamos pedindo a verificação de quórum: para que a gente possa ajustar todas essas emendas, para que a gente não prejudique nenhuma emenda de Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Defiro seu Requerimento, na forma do Regimento. Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum,

solicitada pelo Ver. Mauro Pinheiro. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.)
Nove Vereadores presentes. Não há quórum.

Está encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h35min.)

* * * * *